

# **Envolvimento da Comunidade nos Mecanismos de Coordenação do País do Fundo Global:**

## **Conclusões do Estudo RISE**

**22 de Abril de 2024**

---

## Siglas

<b>MCP</b>	Mecanismo de Coordenação do País
<b>MLC</b>	Monitoria Liderada pela comunidade
<b>COI</b>	Conflito de interesses
<b>OBR</b>	Organização de base religiosa
<b>GBMSM</b>	Gays, bissexuais e outros homens que fazemos sexo com homens
<b>GC7</b>	Ciclo 7 de Subvenções
<b>HTM</b>	HIV, tuberculose e malária
<b>PC</b>	População-chave
<b>LFA</b>	Agente local de fundos
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>GIG</b>	Gabinete do Inspector-Geral
<b>BP</b>	Beneficiário Principal
<b>RISE</b>	Representação, Inclusão, Sustentabilidade e Equidade
<b>SR</b>	Sub-Recipiente
<b>SSR</b>	Sub-Sub-recipiente beneficiário
<b>TRP</b>	Painel de Revisão Técnica

---

# Índice

<b>1. Sumario Executivo</b>	4
<b>2. Antecedentes</b>	5
2.1 O que é o Fundo Global?	5
2.2 Os MCP como plataforma de reforço do envolvimento da comunidade?	5
2.3 The MCP as a platform for strengthening community engagement	6
2.4 Oportunidades para o reforço do modelo	7
2.5 O estudo RISE: Medir o envolvimento significativo nos MCP's	7
<b>3. Métodos</b>	8
3.1 Recolha de dados	8
3.1.1 Recolha de dados quantitativos: Inquérito	8
3.1.2 Recolha de dados qualitativos: Entrevistas aprofundadas	9
3.2 Participantes	9
<b>4. Conclusões do RISE</b>	12
4.1 Envolvimento: Inclusão e participação da comunidade	12
4.1.1 Assegurar uma representação proporcional da comunidade e da população-chave nos MCP's	12
4.1.2 Envolver os representantes da comunidade em todas as actividades essenciais dos (MCP)	15
4.1.3 Fortalecer os canais de comunicação entre os membros comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e os seus eleitorados	18
4.2 Equipamento: Acesso a ferramentas, informações, financiamento e recursos	19
4.2.1 Reforço do apoio às consultas e à participação	20
4.2.2 Maior transparência e acesso necessários para a supervisão das subvenções	22
4.2.3 Melhoria da integração e do apoio técnico aos representantes da comunidade	24
4.3 Empoderamento: Poder das Comunidades nos MCP's	25
4.3.1. Reforçar o poder, a autonomia, a autoridade e a capacidade da comunidade	25
4.3.2. Protecção dos representantes da comunidade contra a intimidação e a discriminação	26
4.3.3. Aumentar o apoio às comunidades que operam em ambientes políticos difíceis	30
<b>5. Recomendações</b>	32
<b>Agradecimentos</b>	35
<b>Notas Finais</b>	37

---

# 1. Sumário Executivo

O Fundo Global de Luta contra o SIDA, a Tuberculose e a Malária é uma parceria de financiamento da saúde, que apoia mais de 100 países no combate a estas doenças desde 2002. No centro do modelo do Fundo Global estão os Mecanismos de Coordenação dos Países (MCP), órgãos de governação dos países que reúnem uma variedade de partes interessadas para desenvolver e apresentar pedidos de financiamento ao Fundo Global e supervisionar os programas apoiados por subvenções. Para além de garantirem que o apoio do Fundo Global tem impacto, os MCP's são também uma estratégia fundamental para promover o princípio fundador da parceria e da apropriação pelo país, através da participação de todas as pessoas envolvidas na luta contra as três doenças no processo de tomada de decisões.<sup>1</sup>

O Fundo Global deu prioridade ao reforço do funcionamento dos MCP's e também enfatizou a maximização do envolvimento da comunidade como um objectivo central na sua Estratégia 2023-2028. O estudo RISE (*Representação, Inclusão, Sustentabilidade e Equidade*) foi lançado para recolher dados empíricos de alta qualidade sobre a participação significativa das comunidades e da sociedade civil nos MCP's. Com base nas lições aprendidas com o Fundo Global, o RISE foi concebido como um estudo de investigação participativa e de métodos mistos, utilizando indicadores desenvolvidos pela comunidade e desenvolvendo recomendações de forma colaborativa como uma coligação de representantes do MCP da sociedade civil, defensores do Fundo Global e parceiros académicos e técnicos globais. Este estudo teve como objectivo identificar os motores do envolvimento da comunidade, medir as barreiras à supervisão da comunidade e identificar oportunidades para reforçar o modelo.

As conclusões do **estudo RISE afirmaram o papel vital dos MCP's na parceria do Fundo Global e encontraram numerosos exemplos de parceria multisectorial e de capacitação da comunidade** tendo os inquiridos descrito amplamente os MCP's como um espaço valioso e relatado um aumento do envolvimento da comunidade. O estudo identificou várias oportunidades para reforçar o envolvimento da comunidade nos MCP's e nos processos do Fundo Global. Essas oportunidades incluem o envolvimento das comunidades nos principais processos do Fundo Global, a disponibilização de recursos e ferramentas aos representantes e respectivos círculos eleitorais para que possam participar plenamente e a atribuição aos participantes da capacidade de agir, da autonomia e da segurança necessárias para contribuírem activamente com a sua voz nos processos de tomada de decisões. Estas oportunidades vão desde considerações políticas (tais como garantir que as políticas do Fundo Global são compreendidas, implementar novos mecanismos de transparência para os dados do Fundo Global e reforçar as vias de denúncia), à governação (tais como garantir uma representação suficiente nos MCP's para os círculos eleitorais da comunidade) e ao reforço do apoio liderado pelo Secretariado aos MCP's (tais como a facilitação financeira para consultas e assistência técnica para o reforço das capacidades dos representantes).

**Estas conclusões sublinham uma oportunidade importante para reforçar o funcionamento dos MCP's e elevar o envolvimento da comunidade com a parceria do Fundo Global.** A implementação das recomendações do estudo RISE exigirá a colaboração contínua de toda a parceria, incluindo o Secretariado do Fundo Global, as comunidades, a sociedade civil e os defensores, os parceiros técnicos e outros doadores globais. O estudo RISE fornece um roteiro de origem empírica para reforçar o modelo do Fundo Global, construir sistemas de saúde resistentes, amplificar as vozes das comunidades e acelerar a luta contra as três doenças.

## 2. Antecedentes

### 2.1 O que é o Fundo Global?

O Fundo Global de Luta contra o SIDA, a Tuberculose e a Malária é uma instituição de parceria financeira multilateral que concede subvenções a mais de 100 países. Desde 2002, o Fundo Global tem trabalhado em parceria com governos, doadores, organizações multilaterais e parceiros comunitários para salvar 59 milhões de vidas e reduzir para metade a taxa de mortalidade causada por estas três doenças.<sup>2</sup>

O Fundo Global funciona com base num ciclo de financiamento de três anos, que começa com um exercício internacional de angariação de fundos, ou reaprovisionamento, que reúne recursos dos governos doadores e dos parceiros do sector privado. A elegibilidade dos países para financiamento é determinada principalmente com base no nível de rendimento nacional e no peso da doença,<sup>3</sup> e os países elegíveis são convidados a apresentar pedidos de financiamento até um nível pré-determinado de financiamento atribuído. As dotações por país baseiam-se igualmente em indicadores económicos e epidemiológicos, ajustados por considerações técnicas e qualitativas e limitados pelo financiamento global disponível para o reaprovisionamento.<sup>4</sup>

Todos os pedidos de financiamento são analisados e, em última análise, aprovados pelo Painel de Revisão Técnica (TRP), um organismo independente de peritos na matéria.

Posteriormente, as actividades aprovadas são repartidas pelos Beneficiários Principais (BP) seleccionados numa ou mais subvenções, que são executadas durante o ciclo de atribuição de três anos.

### 2.2 O que são os mecanismos de coordenação do país?

Uma componente essencial do modelo do Fundo Global é a apropriação pelo país, que enfatiza a apropriação dos programas de saúde pelos governos, comunidades e outros parceiros locais.<sup>5</sup> Como tal, os programas apoiados pelo Fundo Global são implementados pelos BPs (governos e organizações não governamentais sediados no país) que, por sua vez, subcontratam uma série de Sub-Beneficiários e Sub-Sub-Beneficiário (SR e SSR). Para além da implementação, os países

são eles próprios Fundo Global. Esta função é executada pelo Mecanismo de Coordenação do País (MCP), um órgão nacional que reúne as partes interessadas envolvidas na resposta de saúde pública, geralmente incluindo governos, agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais, parceiros técnicos, organizações não-governamentais (ONG), sociedade civil, organizações de base religiosa (OBR), sector privado e sector público.<sup>6</sup>

Os MCP's foram concebidos para conseguir a apropriação e a inclusão do país de várias formas.<sup>7</sup> Em primeiro lugar, ao albergar a autoridade decisória sobre os objectivos programáticos, os orçamentos, as metas de desempenho e as disposições de implementação no país de implementação, o modelo dos MCP's pode alinhar melhor as subvenções do Fundo Global com as prioridades nacionais e o contexto local. Além disso, os MCP's funcionam como um local único para o diálogo, a resolução de problemas e a sensibilização de várias partes interessadas, que se esforça por garantir que as perspectivas das populações afectadas pelas três doenças sejam ouvidas. **Os MCP's são, por conseguinte, uma estratégia fundamental para garantir o impacto, a sustentabilidade e a coordenação.**

De acordo com a Política dos MCP's do Fundo Global<sup>6</sup>, os membros dos MCP's são responsáveis pelas seguintes áreas (Fig. 1):

Figura 1. Principais responsabilidades dos representantes dos MCP's



## Requisitos de elegibilidade para os MCP's do Fundo Global

Para serem elegíveis para financiamento do Fundo Global, os MCP's devem cumprir cada um destes seis requisitos<sup>6</sup>:

**Requisito 1:** O Fundo Global exige que todos os MCP's

1. coordenem o desenvolvimento de todos os pedidos de financiamento através de processos transparentes e documentados que envolvam um vasto leque de intervenientes, incluindo membros e não membros dos MCP's, na solicitação e análise das actividades a incluir no pedido de financiamento; e
2. documentar claramente os esforços para envolver as populações-chave (PC)<sup>8</sup> no desenvolvimento dos pedidos de financiamento.

**Requisito 2:** O Fundo Global exige que todos os MCP's

1. nomear um ou mais PRs(s) aquando da apresentação do(s) pedido(s) de financiamento
2. documentar um processo transparente para a nomeação de todos os RPs(s) novos e contínuos com base em critérios objectivos e claramente definidos; e
3. documentar a gestão de eventuais conflitos de interesses (COI) que possam afetar o processo de nomeação do(s) RPs BP(s).

**Requisito 3:** Reconhecendo a importância da supervisão, o Fundo Global exige que todos os MCP's apresentem e sigam um plano de supervisão para todos os financiamentos aprovados pelo Fundo Global. O plano deve detalhar as actividades de supervisão e descrever a forma como os MCP's irão envolver todos os actores do programa na supervisão, incluindo os membros e não membros dos MCP's e, em particular, os não governamentais constituencias e PCs e as PC.

**Requisito 4:** O Fundo Global exige que todos os MCP's, com base em considerações epidemiológicas, de direitos humanos e de género, apresentem provas da participação de

1. pessoas que vivem com HIV e que representam pessoas que vivem com HIV
2. pessoas afectadas pela tuberculose e pela malária e que representam pessoas afectadas pela tuberculose e pela malária; e
3. pessoas de e que representam as PC's.

**Requisito 5:** O Fundo Global exige que todos os membros dos MCP's que representem constituencias não-governamentais sejam seleccionados pelas suas próprias Constituencias com base num processo documentado e transparente, desenvolvido no âmbito de cada uma dessas Constituencias. Este requisito aplica-se a todos os membros não-governamentais, incluindo os membros seleccionados em conformidade com o requisito 4 supra, mas não aos parceiros multilaterais e bilaterais.

**Requisito 6:** Para apoiar o papel de liderança dos MCP's na definição de um tom e de um exemplo de cumprimento dos mais elevados padrões de ética e integridade, o Fundo Global exige que todos os MCP's

1. aprovem e adoptem o Código de Conduta Ética dos Membros dos MCP's
2. desenvolvam ou actualizem, conforme necessário, e publicar uma Política de Conflito de Interesses aplicável a todos os membros dos MCP's, suplentes e pessoal do Secretariado dos MCP's; e
3. façam cumprir o Código de Conduta Ética e aplicar a Política de Conflito de Interesses durante a vigência das subvenções do Fundo Global.

### 2.3 Os MCP'S como plataforma de reforço do envolvimento da comunidade

Na sua Estratégia 2023-2028, o Fundo Global reafirmou o seu compromisso de manter as comunidades no centro do seu trabalho, sendo os MCP's descrito como um mecanismo fundamental para maximizar o seu envolvimento nos processos do Fundo Global.<sup>9</sup> A Estratégia identificou a necessidade de reforçar o envolvimento da comunidade, melhorar o acesso e a utilização de dados estratégicos e reforçar a capacidade dos

representantes da sociedade civil nos MCP's, reconhecendo que, quando há um envolvimento activo das organizações comunitárias na concepção inicial do programa, este envolvimento facilita a participação contínua da comunidade na prestação de serviços ao longo do ciclo de vida da subvenção.

Durante a 48.ª reunião do Conselho de Administração do Fundo Global, realizada em novembro de 2022, foi apresentada uma estratégia de envolvimento da comunidade.<sup>10</sup>



A estratégia define “expectativas mínimas” para o envolvimento da comunidade ao longo do ciclo de vida das subvenções, incluindo a inclusão da linguagem de envolvimento da comunidade nas cartas de atribuição, o fornecimento de informações aos membros da comunidade dos MCP’s relativamente às candidaturas a financiamento, o desenvolvimento do “Anexo de Prioridades de Financiamento da Sociedade Civil e das Comunidades Mais Afectadas pelo HTM” e a exigência de duas reuniões de informação da comunidade a serem convocadas pelos MCP’s durante a fase de Atribuição de Subvenções.

#### **2.4 Oportunidades para o reforço do modelo**

Em 2016, o Gabinete do Inspector-Geral (GIG) do Fundo Global realizou uma auditoria aos MCP’s, tendo concluído que a abordagem promoveu com êxito a tomada de decisões participativas em torno dos programas de saúde.<sup>11</sup> No entanto, o relatório identificou várias lacunas, incluindo uma fraca supervisão das subvenções, a falta de conformidade com as políticas dos MCP’s do Fundo Global, uma sustentabilidade deficiente, conflitos de interesses e uma fraca integração com os programas nacionais. Além disso, a auditoria constatou um envolvimento insuficiente das comunidades e da sociedade civil, com 24% dos MCP’s inquiridos a não cumprirem os requisitos mínimos de representação da sociedade civil.

Foram implementadas ou propostas várias iniciativas para dar resposta a estes desafios, entre as quais se destaca a CCM Evolution. Aprovado pela primeira vez como projecto-piloto em 2018 e posteriormente alargado a uma Iniciativa Estratégica no ciclo de atribuição de 2020-2022, o CCM Evolution foi um projecto concebido para melhorar a participação dos membros dos MCP’s, reforçar a supervisão das subvenções, enfrentar os desafios na governação e nas operações e alinhar-se melhor com os processos nacionais.<sup>12</sup>

No âmbito desta iniciativa, foi avaliada a maturidade dos MCP’s<sup>13</sup> e foi prestado apoio personalizado para reforçar o desempenho e a governação. O projecto CCM Evolution tinha por objectivo proporcionar uma formação abrangente aos membros dos MCP’s, incluindo orientações, análise de dados e aprofundamentos sobre conflitos de interesses e ética.<sup>14</sup> Em alguns contextos nacionais, os MCP’s também optaram por rever a composição dos seus MCP, receber formação para reforçar os processos eleitorais dos MCP’s ou receber apoio para contratar responsáveis pela supervisão dos MCP’s.<sup>14</sup> De um modo geral, os membros dos MCP’s consideraram que o apoio do Secretariado estava alinhado com as necessidades dos MCP’s e o GIG considerou que o projecto Evolution foi positivo.<sup>14</sup> No entanto, os atrasos devidos à COVID-19, a falta de recursos para o esforço e os desafios na supervisão e gestão das actividades limitaram o potencial impacto da iniciativa.<sup>14</sup>

#### **2.5 O estudo RISE: Medir o envolvimento significativo nos MCP’s**

Com 2023 a marcar o início do Ciclo 7 de Subvenções (GC7, correspondente a 2023-2025) e o primeiro ano da nova

Estratégia, foi lançado o estudo Representação, Inclusão, Sustentabilidade e Equidade (RISE) para avaliar a participação significativa das comunidades e da sociedade civil nos MCP’s. **Estas conclusões destinam-se a servir de ferramenta para apoiar o reforço do envolvimento da comunidade, tal como articulado na Estratégia do Fundo Global.**

Com base nas lições aprendidas com o CCM Evolution e o GIG, o RISE foi concebido como um estudo de investigação participativa que utiliza indicadores desenvolvidos pela comunidade e desenvolve recomendações de forma colaborativa como uma coligação de representantes dos MCP’s da sociedade civil, defensores do Fundo Global e parceiros académicos e técnicos globais. Este estudo visa preencher uma lacuna premente de dados empíricos de alta qualidade sobre o funcionamento dos MCP’s, na perspectiva das comunidades mais afectadas pelos programas. Estes dados podem ser utilizados para identificar as áreas específicas em que são necessárias mais melhorias para reforçar o envolvimento da comunidade, bem como as alavancas e oportunidades para realizar este trabalho.

O estudo RISE centrou-se na avaliação dos factores facilitadores e dos desafios ao longo de um processo contínuo de participação. Este quadro conceptual pressupõe que uma participação significativa nos MCP’s requer os seguintes aspectos:

- 1. Envolvimento.** Os representantes da comunidade e da sociedade civil estão incluídos, presentes e envolvidos nas estruturas de governação?
- 2. Equipamento.** Os representantes da comunidade e da sociedade civil nos espaços de governação dispõem dos instrumentos necessários para poderem desempenhar as tarefas que lhes são confiadas e contribuir de forma significativa?
- 3. Empoderamento.** No seu papel de representantes nas estruturas de governação, as comunidades e a sociedade civil estão habilitadas a responsabilizar os governos, as PC’s outras partes interessadas pela prestação de serviços?

### **Por quem o RISE é composto?**

**O RISE é liderado por um comité director independente de representantes da comunidade nos MCP, parceiros da sociedade civil global e investigadores de 13 organizações em 11 países. O comité director do RISE foi responsável por todos os aspectos da concepção do estudo, desenvolvimento de indicadores, validação de resultados e recomendações.**

## 3. Métodos

### 3.1 Recolha de dados

Os dados para este estudo de métodos mistos conduzido pela comunidade provêm de duas fontes primárias: 1) um inquérito electrónico administrado globalmente e 2) entrevistas aprofundadas de um subconjunto dos países inquiridos. O estudo RISE foi considerado isento de investigação pelo Conselho de Revisão Institucional da Universidade de Georgetown.

#### 3.1.1 Recolha de dados quantitativos: Inquérito

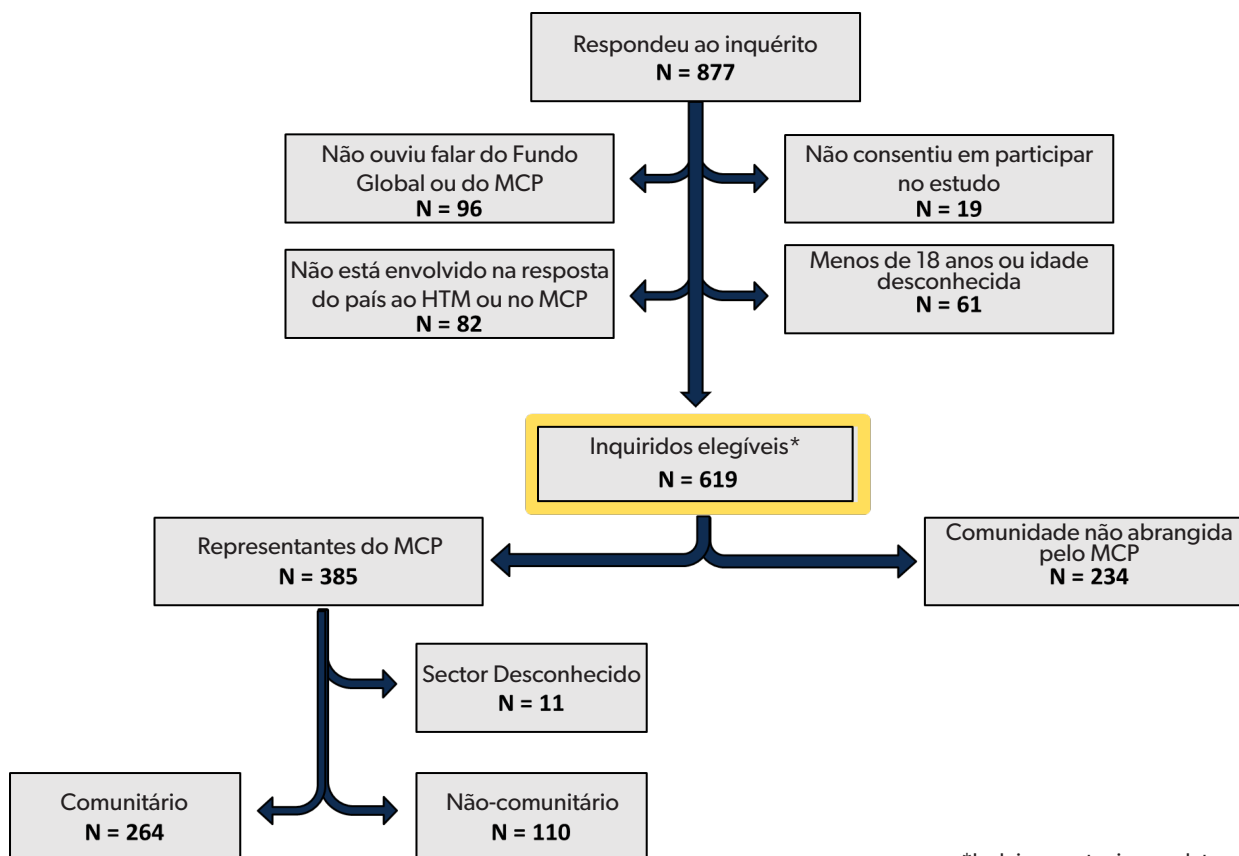
Foi utilizado um inquérito electrónico para recolher dados entre maio e outubro de 2023. O inquérito foi distribuído através de listservs de advocacia do Fundo Global, contactos do comité director e pontos focais dos MCP's. Além disso, foi pedido aos participantes que transmitissem o inquérito a qualquer pessoa que pudesse estar interessada em participar ou que fornecessem à equipa RISE as informações de contacto dos participantes recomendados à equipa RISE.

As informações de contacto foram utilizadas apenas para contactar os participantes e nunca foram guardadas. Todos os participantes foram informados dos objectivos do estudo e deram o seu consentimento por escrito.

## Os representantes da comunidade e da sociedade civil estão incluídos, presentes e envolvidos nas estruturas de governação?

As perguntas do inquérito foram elaboradas pelo comité director do RISE e abrangeram tópicos relacionados com participação da comunidade nos MCP's, envolvimento mais amplo da comunidade com o Fundo Global, e poder da comunidade para efectuar mudanças nos processos dos MCP's. O inquérito envolveu três categorias de inquiridos: 1) membros actuais ou antigos dos MCP's provenientes da comunidade, 2) membros actuais ou antigos membros dos MCP's não pertencentes à comunidade, e 3) membros da

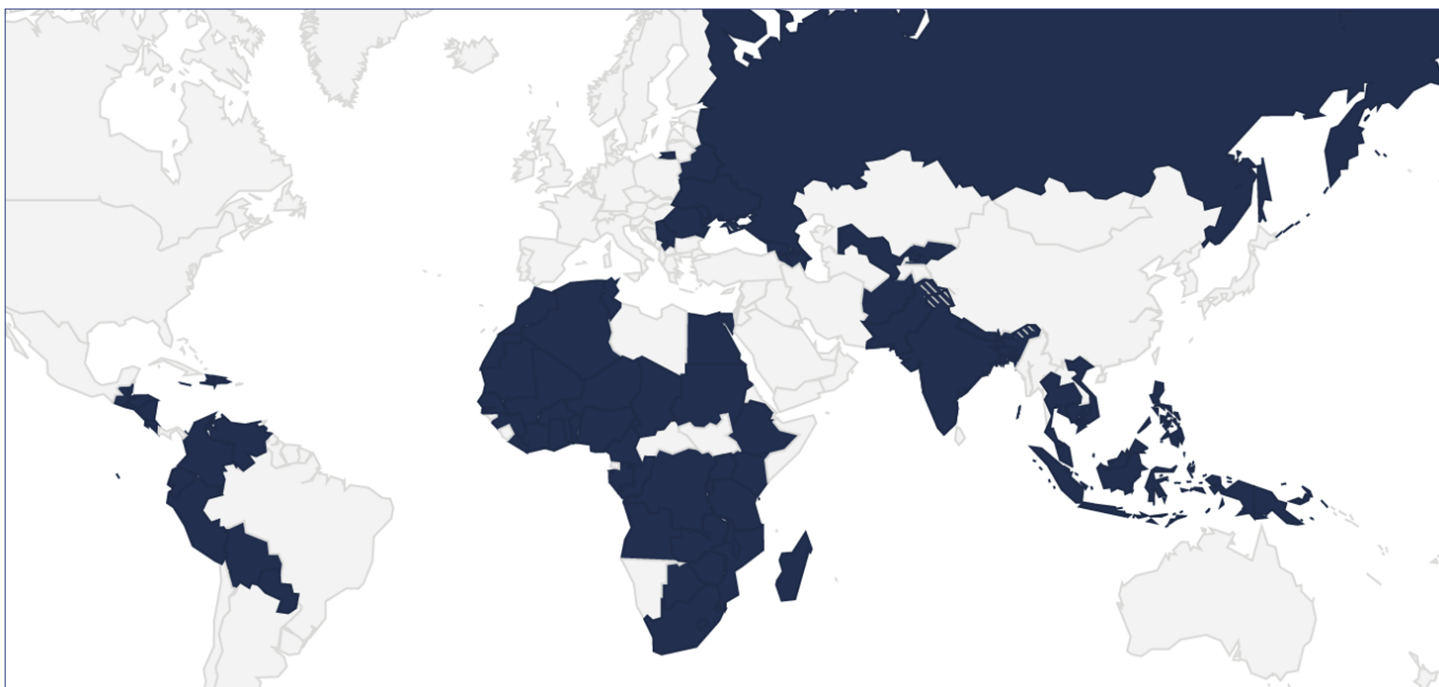
Figura 2. Fluxograma do inquérito RISE



\*Inclui respostas incompletas



**Figura 3: Países incluídos no inquérito RISE**



comunidade envolvidos na advocacia do Fundo Global que não fazem parte dos MCP's. A "Comunidade" foi definida como os participantes que se auto-identificaram como fazendo parte da sociedade civil ou de uma organização de base comunitária, uma organização local de base religiosa ou uma ONG local. Todos os outros tipos de participantes, incluindo governo, ONGs internacionais, bilaterais e multilaterais, agências técnicas, sector privado, académicos, etc., foram considerados como "Não-Comunitários". O inquérito foi administrado com o Qualtrics e estava disponível em árabe, inglês, francês, português, espanhol, russo e tailandês, com traduções do inquérito realizadas por um tradutor profissional ou por um falante nativo. O inquérito foi pré-testado com vários membros das populações-alvo e o feedback foi incorporado no inquérito final.

Para serem elegíveis para participar no inquérito, os inquiridos tinham de ter 18 anos de idade ou mais, tinham de ter conhecimento do Fundo Global e dos MCP's e tinham de fazer parte da resposta de saúde pública do país (centrada no HIV/SIDA, tuberculose, malária, COVID-19 ou direitos humanos) ou ser um representante actual ou anterior dos MCP's. No total, 877 pessoas responderam ao inquérito, tendo 619 sido consideradas elegíveis (**Fig. 2**).

### **3.1.2 Recolha de dados qualitativos: Entrevistas aprofundadas**

Entre junho e setembro de 2023, foram realizadas entrevistas aprofundadas em sete países, com um total de 46 participantes. Os países foram seleccionados propositadamente para incluir

uma variedade de contextos políticos, sociais e geográficos. Os informantes-chave foram seleccionados propositadamente entre os participantes no inquérito e foi utilizada a amostragem em bola de neve para recrutar participantes adicionais. Em cada país, pelo menos um participante pertencia a cada uma das três populações-alvo do estudo (membros comunitários dos MCP's, membros não-comunitários dos MCP's e membros comunitários que não fazem parte dos MCP's). As entrevistas foram conduzidas por um membro do estudo RISE com formação, virtualmente ou presencialmente, dependendo da localização e disponibilidade da equipa do estudo. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos participantes, transcritas com o software Sonix e traduzidas por máquina com revisão humana. As transcrições foram codificadas dedutivamente pelos entrevistadores do RISE, utilizando um livro de códigos concebido pelo entrevistador para os principais temas no software Taguette.

### **3.2 Participantes**

Os participantes elegíveis para o inquérito provinham de 83 países (**Fig. 3**), com uma média de sete inquéritos recolhidos por país (intervalo de países 1-79). Os dados dos membros dos MCP's provinham de 76 dos 83 países totais. O agrupamento ao nível dos países foi menos extremo para a amostra de membros dos MCP's (média de cinco inquéritos por país, intervalo 1-33).

As características dos participantes são descritas nos **Quadros 1 e 2**.

**Quadro 1: Características dos participantes no inquérito**

	<b>Representantes da MCP N = 385</b>	<b>Comunidade não-MCP N = 234</b>
<b>Região: % (n)</b>		
África Central e Oriental	31% (121)	47% (109)
Oeste e Norte da África	21% (81)	22% (51)
América Central e do Sul	14% (53)	12% (28)
Sul e Sudeste Asiático	11% (41)	8% (18)
Ásia Central e Ocidental	8% (32)	1% (2)
Leste e Sul da Europa	8% (31)	4% (10)
África do Sul	3% (13)	4% (10)
Caribe	2% (7)	1% (2)
<b>Setor: % (n)</b>		
Sociedade civil ou organização comunitária	57% (221)	71% (166)
ONG local	30% (114)	45% (105)
Governo	9% (36)	NA
Setor privado	6% (23)	4% (8)
ONG internacional	5% (20)	7% (16)
Organização religiosa local	4% (14)	3% (8)
Multilateral	4% (15)	0% (0)
Instituição acadêmica	3% (13)	3% (6)
Agência técnica	3% (11)	2% (4)
<b>Pessoas que vivem com HTM * : n (%)</b>	<b>24% (94)</b>	<b>28% (65)</b>
<b>Status do PC*: % (n)</b>	<b>28% (108)</b>	<b>39% (92)</b>
GBMSM*	14% (55)	24% (56)
Profissionais do sexo	9% (36)	11% (25)
Pessoas que injetam drogas	8% (29)	7% (17)
Pessoas transgêneras	6% (24)	9% (20)
Jovens	3% (11)	9% (22)

<b>Comunidade de advocacia: % (n)</b>		
HIV	91% (352)	88% (205)
Tuberculose	60% (230)	49% (114)
Malária	36% (138)	35% (82)
Direitos humanos	65% (252)	69% (162)
COVID-19	57% (220)	48% (112)

\* HTM = HIV, tuberculose ou malária, PC = população-chave, GBMSM = gays, bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens

## **Quadro: 2. Participantes na entrevista aprofundada**

<b>Participantes da entrevista em profundidade (n = 47)</b>	
<b>Região: % (n)</b>	
Oeste e Norte da África	32% (15)
África Central e Oriental	23% (11)
América Central e do Sul	17% (8)
Sul e Sudeste Asiático	13% (6)
Ásia Central e Ocidental	11% (5)
África do Sul	6% (3)
<b>Tipo: % (n)</b>	
Membro comunitário do MCP	51% (24)
Membro não comunitário do MCP	28% (13)
Defensor do Fundo Global (não-MCP)	21% (10)
<b>População-chave: % (n)</b>	26% (12)

## 4. Conclusões do RISE

### 4.1 Envolvimento: Inclusão e participação da comunidade

No mínimo, para as comunidades participarem nos processos do Fundo Global, têm de ser incluídas nas salas onde as decisões estão a ser tomadas. Os dados do RISE revelam um elevado nível de participação da comunidade nos MCP's, em particular das PC's's, e melhorias recentes no envolvimento da comunidade na concessão de subvenções. As conclusões do RISE mostram também um elevado nível de participação das comunidades nos comités dos MCP's. Os resultados do estudo destacam uma oportunidade para abordar as barreiras específicas do contexto para a adesão aos MCP's e para melhorar o envolvimento ativo dos representantes da comunidade em todo o trabalho dos MCP's ao longo do ciclo de três anos. Além disso, é necessário um maior apoio para consultas com membros da comunidade fora dos MCP's para melhor solicitar as perspectivas e prioridades das pessoas afectadas pelas três doenças.

#### 4.1 Resumo: Quais são as principais oportunidades para reforçar o envolvimento da comunidade nos MCP's?

**4.1.1** Assegurar uma representação proporcional da comunidade e da população-chave nos MCP's

**4.1.2** Envolver os representantes da comunidade em todas as actividades essenciais dos MCP's

**4.1.3** Reforçar os canais de comunicação entre os membros comunitários dos MCP's e os seus

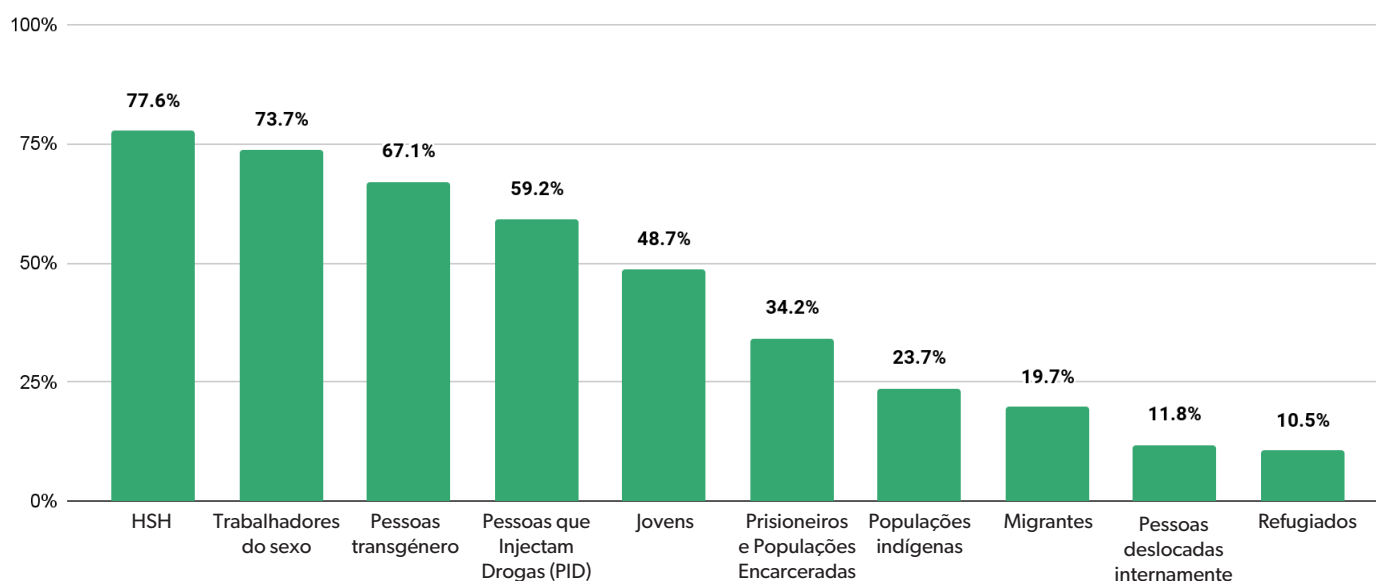
### 4.1.1 Assegurar uma representação proporcional da comunidade e da população-chave nos MCP's

Os MCP's do Fundo Global funcionam como conselhos de administração compostos por um grupo de indivíduos que representam os respectivos círculos eleitorais. Embora os países disponham de margem de manobra para determinar o número exato de lugares nos MCP's e a composição dos seus representantes, de acordo com a política do Fundo Global, todos os MCP's devem, no mínimo, demonstrar que as pessoas que vivem com as três doenças e as PC's's e que são afectadas por elas são membros dos mesmos, com base em considerações epidemiológicas e de direitos humanos.

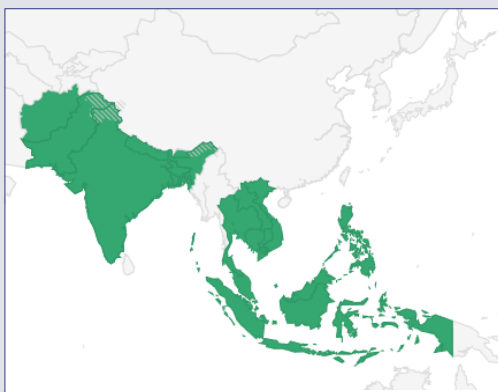
As conclusões do RISE realçam a importância da representação dos MCP's para o envolvimento das comunidades na tomada de decisões. Os resultados do estudo RISE revelam um elevado nível de representação da comunidade (96%) e das PC's's (87%) nos MCP's. Na maioria dos casos, os representantes das PC's's identificaram-se como gays, bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens (GBMSM) (78% dos países), seguidos de trabalhadores do sexo (74%) e pessoas transgéneras (67%) (**Fig. 4**). Os inquiridos do RISE identificaram que, na maioria dos casos, cada círculo eleitoral nos MCP's é representado por um membro efetivo e por um membro suplente, embora também tenham sido comunicadas disposições alternativas; em geral, a existência de pelo menos dois indivíduos por lugar nos MCP's foi destacada como sendo importante para garantir a continuidade, a redundância e uma maior amplitude de conhecimentos e representação.

Esta representação foi descrita como sendo profundamente importante, com os inquiridos a descreverem a importância de A representação como uma estratégia para influenciar a tomada

**Figura 4. Proporção de países com pelo menos um representante da PC nos MCP's, entre os países com dados dos membros dos MCP's (n=76)**



## DESTAQUE: Acrescentar assentos comunitários num MCP no Sul e Sudeste Asiático



Os dados qualitativos de um país da região do Sul e Sudeste Asiático revelaram algumas melhorias importantes no aumento do poder da comunidade nos MCP entre ciclos de financiamento. Este país alargou significativamente o número de assentos da PC no seu MCP para dez representantes, oferecendo um assento para adultos e jovens de cada um dos principais grupos da PC. Isto foi visto como um grande passo em frente:

*“Aumentámos para 10 representantes das populações-chave, o que é bom, porque antes tínhamos apenas um representante da população-chave. No ano passado, mudámos para um representante jovem para cada população-chave, reconhecendo que a tendência das tendências do HIV é cada vez mais jovem, e notámos a necessidade de ter uma voz forte dos jovens.”* (Actual responsável pela supervisão da MCP Não-comunitário)

Estes lugares adicionais nos MCP foram vistos pela comunidade como uma forma importante de equilibrar o poder e reforçar as vozes da comunidade nos MCP:

*“Penso que tornou a nossa reunião dos MCP mais interessante e mais participativa. Diria que toda a gente tem a oportunidade de falar e que não há um domínio tão grande entre os representantes governamentais e não-governamentais. Assim, é equilibrado e todos têm a mesma dinâmica de poder, diria eu.”* (Actual Responsável pela Supervisão da MCP não-comunitário)

de decisões. De facto, nas MCP's onde a tomada de decisões é conduzida através da regra da maioria e de votos formais, o equilíbrio dos assentos foi caracterizado como um importante indicador de poder; onde os representantes do governo detinham a maioria dos assentos da MCP, os inquiridos do RISE descreveram os membros da comunidade como tendo um poder reduzido. Nesses contextos, os inquiridos descreveram **a necessidade de lugares adicionais para representar as comunidades** como uma forma chave de aumentar a influência nos MCP's. Nos casos em que os membros dos MCP's divergiam dos requisitos da Política de Elegibilidade da MCP, havia a necessidade de garantir que os MCP's **cumprissem os requisitos do Fundo Global relativamente à representação da comunidade e das PC's** nos MCP's.

*“Quando [mudaram as] regras de funcionamento dos MCP's e este passou directamente dos cerca de 30 membros [da sociedade civil] para apenas seis, isso limita muito os votos da sociedade civil, porque vão sempre perder para o governo. [...] Eu penso no que eles perderam como poder ou como poder decidir, poder comentar, poder intervir, porque já não há essa possibilidade.”* (Comunitário não-MCP)

Para além da necessidade de assentos que representem as comunidades, alguns inquiridos descreveram desafios

quando vários círculos eleitorais tinham direito a apenas um assento, o que foi descrito como silenciando efetivamente as necessidades específicas de diferentes grupos. Por exemplo, a atribuição de um lugar nos MCP's a todas as PC's do país foi descrita como um obstáculo à defesa das diversas perspectivas e necessidades das diferentes populações. Embora, nalguns casos, os representantes possam representar equitativamente as diversas perspectivas dos seus círculos eleitorais, noutros contextos, a obtenção de lugares adicionais específicos para cada população foi descrita como um mecanismo para **defender melhor as necessidades específicas da população**.

*“Enquanto constituencia dos jovens, não nos foi atribuído um lugar completo [nos MCP's], apenas participamos em comités e ficamos como membros cooptados... Mas sempre nos disseram [que somos] um grupo minoritário, que não precisa desse lugar. Podem ser colocados sob as populações chave, podem ser colocados sob os marginalizados, podem ser colocados sob... Quero dizer, toda a gente diz isso”.* (Actual representante dos Jovens no MCP's)

Embora o RISE tenha constatado que a maioria dos MCP'sss tinha fortes membros das comunidades, em alguns países, os inquiridos do RISE descreveram desafios para assegurar

a representação da comunidade. Em alguns contextos, **os assentos comunitários foram activamente removidos dos MCP's** pelos actores governamentais, o que foi visto como uma estratégia para quebrar os blocos de votação da sociedade civil ou para minimizar a influência das comunidades na programação e governação. Noutros países, os intervenientes governamentais foram descritos como estando direta ou indirectamente **envolvidos na selecção dos representantes da comunidade**, ou estavam eles próprios a ocupar lugares nos MCP's destinados às comunidades, às PCs ou às pessoas afectadas pelas três doenças. Alguns inquiridos descreveram a importância da selecção e, em seguida, da formação, representantes capazes de atuar de forma independente e com capacidade para defender eficazmente as prioridades da comunidade.

Uma ferramenta importante para garantir uma representação equitativa da comunidade foi a consciencialização e compreensão dos membros da MCP sobre as políticas do Fundo Global relativas à estruturação das MCP. Em vários casos, os inquiridos da MCP descreveram a confusão em torno da proporção de lugares destinados a actores não-governamentais, que sectores são elegíveis para ocupar um lugar não-governamental, quem tem poderes para tomar

decisões sobre as estruturas da MCP, e quem não é elegível para servir devido a conflitos de interesse percebidos ou reais (COI).

A mediação do Secretariado foi descrita como uma ferramenta valiosa para responder às questões de governação dos MCP, e os inquiridos identificaram uma necessidade urgente de o Secretariado do Fundo Global continuar a mediar os conflitos de governação, **fornecer esclarecimentos sobre os requisitos das MCP**, e assegurar proactivamente a representação da comunidade nas MCP, em alinhamento com as políticas das MCP.

Apesar da sua importância em muitos países, o número de assentos no Mecanismo de Coordenação do País (MCP) nem sempre foi suficiente para garantir um envolvimento significativo da comunidade. Embora em alguns países a votação no Mecanismo de Coordenação do País (MCP) seja uma prática regular, noutros contextos a **tomada de decisões raramente é objecto de uma votação formal**. Em vez disso, as decisões são tomadas através de formas menos formais de criação de consensos, o que pode criar vulnerabilidade às dinâmicas de poder, à criação de consensos opacos e a outras formas de exclusão accidental. Apesar de estarem adequadamente representados no Mecanismo de Coordenação do País (MCP),

## Equidade de género nos Mecanismos de Coordenação do País (MCP)

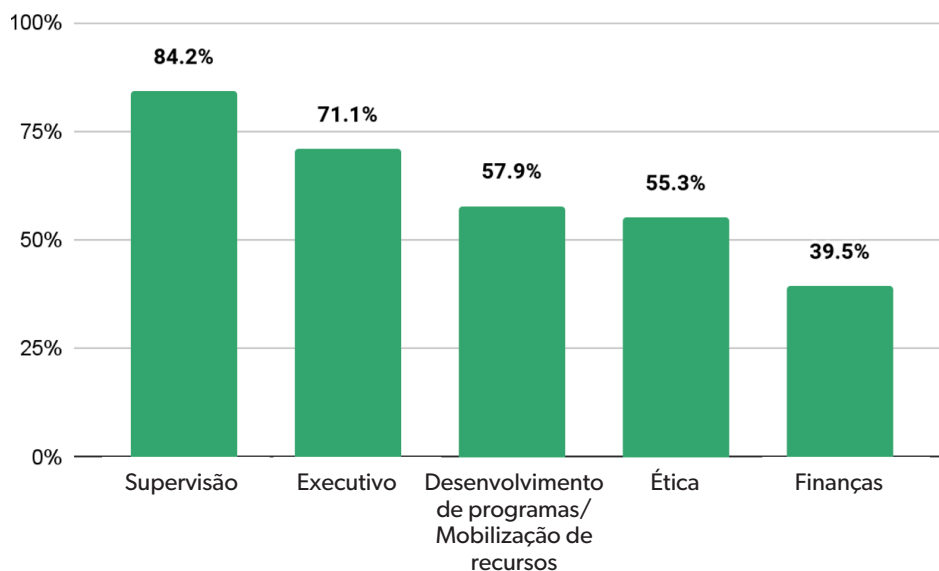
Garantir a plena participação das mulheres em toda a sua diversidade nos MCP's é vital para manter o compromisso declarado do Fundo Global com a igualdade de género na Estratégia 2023-2028. Os dados recolhidos pela Women4GlobalFund (W4GF) e pela Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com HIV (ICW) mostram que **ainda há um trabalho importante a ser feito para alcançar a paridade de género nos MCP's** e garantir que a programação sensível ao género seja incorporada nos Pedidos de Financiamento e nas subvenções. Especificamente, os investigadores do W4GF observaram que, em alguns contextos, as mulheres que vivem com o HIV (MVHIV) enfrentaram maiores barreiras financeiras à participação e à exclusão das reuniões de tomada de decisões.<sup>15</sup> Os informantes-chave relataram que as prioridades das mulheres foram retiradas dos Pedidos de Financiamento, apesar de terem sido incluídas em listas anteriores de prioridades de financiamento.<sup>15</sup>

A utilização de avaliações de género é uma forma fundamental de as comunidades identificarem lacunas na programação actual em matéria de género e o Fundo Global **recomenda vivamente que os pedidos de financiamento sejam informados por uma avaliação de género**.<sup>16</sup> Os diálogos com as partes interessadas no país devem informar a avaliação de género e devem ser concebidos com a plena participação de mulheres, raparigas, transgéneros e comunidades com diversidade de género. O TRP observou que foram realizadas mais avaliações de género no âmbito do 7.º ciclo de financiamento do que em ciclos de financiamento anteriores, mas que os resultados das avaliações foram "pouco reflectidos nos pedidos de financiamento ou não foram utilizados de todo".<sup>17</sup> **O Marcador de Igualdade de Género (GEM)** do Fundo Global é também uma ferramenta fundamental para acompanhar a qualidade e a utilização das avaliações de género para o desenvolvimento de Pedidos de Financiamento; no entanto, os dados não estão disponíveis ao público.

**Em resposta a estas lacunas, é necessário trabalhar para garantir a igualdade de género nos MCP's. Isto inclui o aumento da representação das mulheres e das organizações de mulheres nos MCP's e nas consultas comunitárias.**<sup>18</sup> Os assentos representativos dos MCP's devem ter em conta toda a diversidade das identidades das mulheres, incluindo mulheres indígenas, raparigas adolescentes e jovens mulheres, mulheres transgénero e pessoas com outras identidades de género. O Fundo Global pode **apoiar este esforço através da aplicação de directrizes para alcançar uma equidade de género** significativa e a plena participação das mulheres nos espaços dos MCP's.<sup>18</sup> Além disso, o Fundo Global pode **tornar públicos os resultados do MEG**, para aumentar a transparência em torno da qualidade e da adoção das avaliações de género e permitir um melhor ativismo para a programação do género.



**Figura 5. Proporção de países com representantes da comunidade ou da população-chave nos comités e grupos de trabalho do MCP**



os representantes nestes contextos relataram desafios à sua capacidade de defender as prioridades da comunidade através de processos estruturados e a necessidade de maior transparência e responsabilização nos processos do Mecanismo de Coordenação do País (MCP).

Por último, muitos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) delegam autoridade em comités e grupos de trabalho, tais como comités de supervisão de subvenções, mobilização de recursos e ética. Os representantes da comunidade foram frequentemente incluídos nos comités, mais frequentemente no comité de supervisão (84% dos países tinham um membro da comunidade ou da PC), seguido do comité executivo (74%). As comunidades tinham menos probabilidades de serem incluídas nos comités financeiros (**Fig. 5**). Embora a representação seja elevada, as conclusões do RISE identificaram a necessidade de aumentar a qualidade do envolvimento da comunidade nos comités através de mais integração e formação para preparar os membros para o seu papel. Muitos Mecanismo de Coordenação do País (MCP) são geridos por um secretariado ou comité executivo, muitas vezes liderado por representantes do governo. Nesses casos, a **garantia de transparência e de participação nas decisões fundamentais relativas ao funcionamento do Mecanismo de Coordenação do País (MCP)** foi identificada como uma necessidade importante, dado o papel central do secretariado na determinação do fluxo de trabalho do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e na gestão do financiamento para o funcionamento do Mecanismo de Coordenação do País (MCP).

#### **4.1.2 Envolver os representantes da comunidade em todas as actividades essenciais do Mecanismo de Coordenação do País (MCP)**

A Política de Elegibilidade do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) do Fundo Global estabelece que os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) desempenham várias funções importantes ao longo do ciclo de três anos, incluindo o desenvolvimento do Pedido de Financiamento, a selecção dos Beneficiários Principais (BP) e a supervisão das subvenções.<sup>6</sup> É de salientar que, embora a Concessão de Subvenções seja conduzida como uma negociação legal entre os BP seleccionados e o Secretariado, a Política de Elegibilidade do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) exige que as comunidades participem em todo o ciclo de vida das subvenções.

De acordo com os participantes entrevistados, o envolvimento dos representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) foi mais elevado no início do ciclo, **com 83% dos entrevistados tendo participado no desenvolvimento dos Pedidos de Financiamento**. O envolvimento no desenvolvimento do Pedido de Financiamento envolveu normalmente a participação em diálogos nacionais e consultas comunitárias e, em alguns contextos, envolveu o trabalho directo com equipas de redacção, o desenvolvimento de propostas detalhadas para programas e o cálculo de custos das prioridades comunitárias.

Apesar dos elevados níveis de participação nesta fase, alguns representantes comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) consideraram o processo de Pedido de

Financiamento técnico e opaco e, por isso, difícil de envolver. De facto, as prioridades nacionais eram normalmente entregues a uma equipa de redacção, muitas vezes um pequeno grupo com consultores de redacção que nem sempre eram vistos como representando bem as vozes da comunidade. Em alguns países, os entrevistados do RISE descreveram que **as prioridades da comunidade eram ignoradas ou eram aceites e mais tarde removidas** do Pedido de Financiamento.

*“No domingo de manhã, recebi um e-mail que foi enviado a todos nós [com os Pedidos de Financiamento para] analisarmos e apoiarmos. Eu disse “está bem”. [...] Oh meu Deus. O consultor tinha orientado para que, em vez de termos os módulos das OSC [Organizações da Sociedade Civil] espalhados, os colocássemos todos sob a alçada dos direitos humanos, [...] e tudo tinha sido colocado acima da Atribuição. Estávamos a zero. Isto é domingo de manhã. Levantei-me da cama e pensei: “Isto não pode ser”. Por isso, escrevi rapidamente ao nosso grupo [da sociedade civil] e disse: ‘Por favor, analisem esta candidatura. Há qualquer coisa que não está bem’.”* (Actual representante da comunidade de TB no MCP)

Assim, houve uma clara necessidade de estabelecer vias para as comunidades se envolverem no desenvolvimento do Pedido de Financiamento para além das consultas ou do diálogo nacional. Estas vias podem incluir canais de comunicação directos entre os consultores da equipa de redacção e os representantes da comunidade, ou podem envolver a designação de consultores específicos para defender as prioridades da comunidade. Os entrevistados descreveram ainda a necessidade de um **envolvimento contínuo para além da fase de Pedido de**

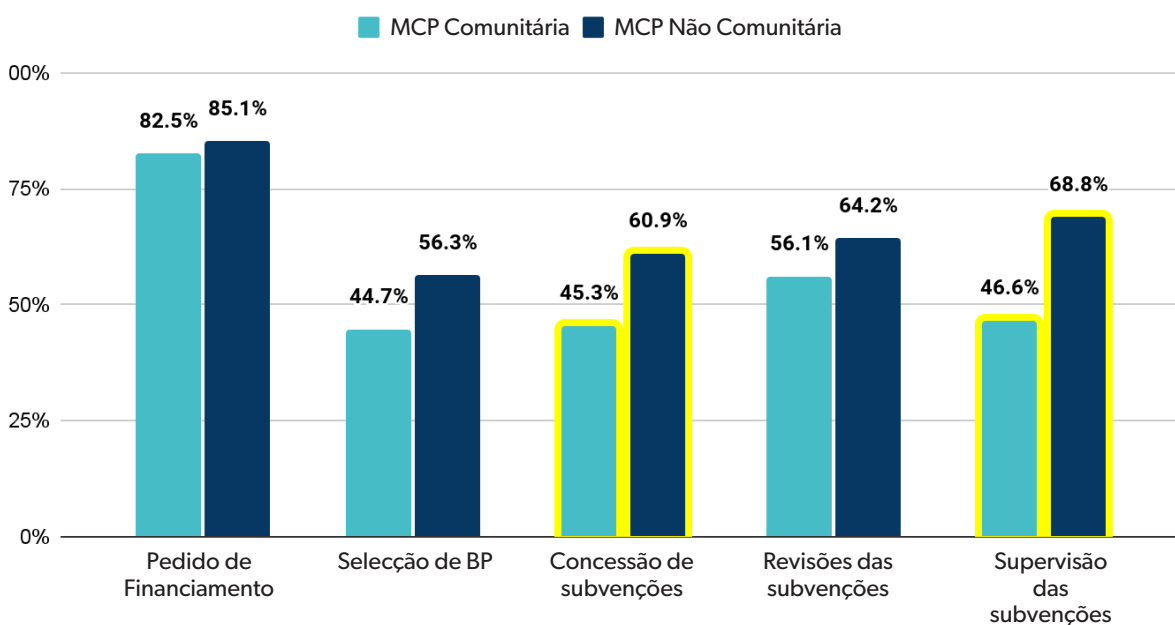
**Financiamento**, a fim de garantir que as prioridades da comunidade fossem finalmente incluídas na(s) subvenção(ões).

*“É interessante, o processo de redacção. Dizem-nos que contratámos consultores para liderar a redacção, mas eles são mais do governo. Dizem-nos: ‘Sociedade civil, lamentamos, mas não vos podemos apoiar. Não temos pessoas na equipa de consultores que possam articular as vossas questões. Isso significa que, como OSC, não tínhamos consultores para falar por nós.’”* (Actual representante da comunidade de TB no MCP)

De forma encorajadora, vários entrevistados relataram que a abertura do ciclo de concessão de subvenções estava a melhorar gradualmente em relação aos ciclos anteriores. Em particular, a ênfase do Fundo Global no envolvimento das comunidades durante a Elaboração das Subvenções pareceu ter impacto em alguns países, com feedback e actualizações mais regulares a serem partilhados com os representantes da comunidade. No entanto, os resultados do RISE concluem que a participação geral nas partes posteriores do ciclo de subvenções, tais como durante a Elaboração de Subvenções, revisões e supervisão, demonstrou uma caída geral no envolvimento. **A participação diminuiu significativamente mais entre os representantes comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP)** do que entre os membros não comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) nestas últimas fases do ciclo de subvenções (**Fig. 6**).

*“[As populações-chave] só estão envolvidas nas fases muito iniciais. À medida que a aplicação avançava [...] foram-se afastando, em primeiro lugar, como se não fossem bem-*

**Figura 6. Proporção de representantes dos MCP que declaram ter participado em fases-chave ao longo do ciclo**



**■** diferença significativa, valor-p < .05

**Quadro 3. Tipos de participação dos membros do MCP ao longo do ciclo de subvenções, por estatuto da comunidade**

	MCP comunitário	MCP não comunitário	valor-p
<b>Desenvolvimento do Pedido de Financiamento</b>	82.5%	85.1%	.93
Discutir necessidades, lacunas e prioridades	87.0%	87.6%	.98
Apresentar os dados da comunidade	86.5%	60.8%	<.001*
Desenvolver um plano de trabalho	45.4%	52.6%	.46
Elaborar o orçamento	30.4%	40.2%	.22
Rever o documento final antes da apresentação	54.1%	69.1%	.04*
<b>Concessão de Subvenções</b>	45.3%	60.9%	.02*
Discutir necessidades, lacunas e prioridades	87.3%	85.1%	.87
Apresentar os dados da comunidade	80.9%	58.2%	<.01*
Desenvolver um plano de trabalho	44.6%	52.2%	.61
Elaborar o orçamento	34.6%	38.8%	.19
Rever o documento final antes da apresentação	61.8%	77.6%	.09
<b>Actividades de supervisão</b>	46.6%	68.8%	<.001*
Analisar o desempenho do Governo/sector público BP	51.4%	72.0%	.01*
Rever o desempenho do PB não-governamental	58.6%	58.7%	.92
Analisar o desempenho dos SB e SSB (sub-beneficiários e sub-sub-beneficiários)	61.3%	70.7%	.33
Analisar os relatórios financeiros do Agente Local do Fundo	26.1%	42.7%	.05

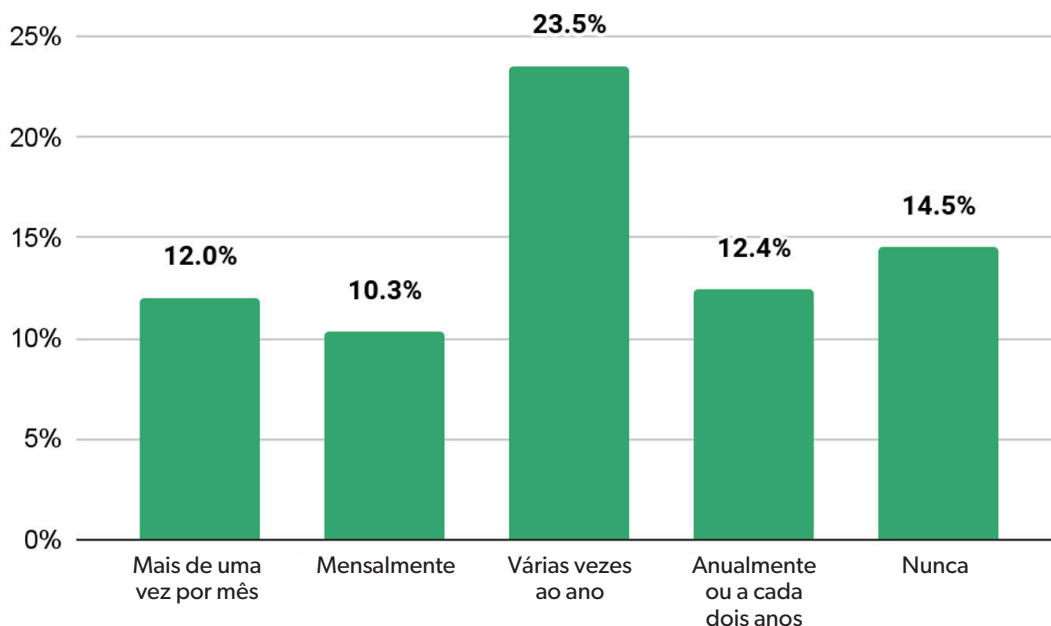
\* diferença significativa,  $p < .05$

vindas. Depois, era muito difícil e estigmatizante para elas participarem no projecto. Assim, na verdade, no final, havia apenas estes outros compromissos paralelos que estávamos a ter, oficialmente não muito, especialmente no final. Mas no início houve consultas muito ricas, mas não no final, onde é mais importante. (Membro da comunidade não membro do Mecanismo de Coordenação do País (MCP))

Embora o envolvimento da comunidade seja fundamental ao longo do ciclo das subvenções, o fraco envolvimento dos representantes comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) na supervisão das subvenções gera conflitos potenciais, dado o papel predominante do governo como BP. De facto, sem um forte envolvimento dos representantes da comunidade, a supervisão da implementação pode ser efectivamente deixada aos representantes do sector público para supervisionarem o seu próprio desempenho.

Além disso, as formas como os representantes da comunidade participaram no ciclo de vida das subvenções foram significativamente diferentes das dos representantes não comunitários, sendo menos provável que as comunidades estivessem envolvidas na tomada de decisões formalizadas e accionáveis. Por exemplo, no desenvolvimento do Pedido de Financiamento, os membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) da comunidade são mais frequentemente solicitados a apresentar as prioridades da comunidade do que os outros membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), mas menos frequentemente envolvidos noutros aspectos críticos do desenvolvimento, como a elaboração de orçamentos e planos de trabalho, e é significativamente menos provável que revejam o Pedido de Financiamento final antes da sua apresentação. Durante a supervisão das subvenções, as comunidades **têm muito menos probabilidades de analisar o desempenho do BP do**

**Figura 7. Frequência das consultas do MCP às comunidades**



**governo (“BP 1”)** do que os membros não comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) (**Quadro 3**).

A participação da comunidade ao longo do ciclo de concessão de subvenções é importante para promover a inclusão das prioridades da comunidade para além do pedido de financiamento e na convenção de subvenção final. As comunidades manifestaram frustração por não terem sido incluídas nas conversas sobre a concessão de subvenções e, em vários casos, descreveram **não saber que actividades foram incluídas nas subvenções finais**. Estas constatações sugerem a necessidade de os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e as suas comunidades terem acesso fácil aos documentos das subvenções para poderem desempenhar o seu papel de supervisão. Actualmente, o Fundo Global não publica quaisquer documentos relativos às subvenções na sua página web.

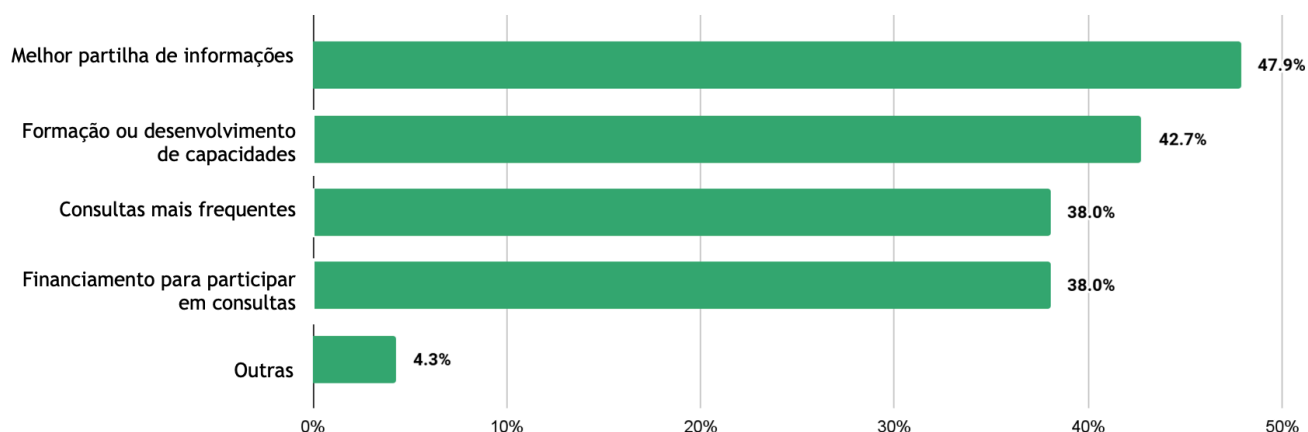
#### **4.1.3 Fortalecer os canais de comunicação entre os membros comunitários do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e os seus eleitorados**

Os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) são seleccionados não como indivíduos, mas como representantes de um grupo específico. Na qualidade de representantes das suas comunidades, os membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) têm a responsabilidade fundamental de realizar consultas aos grupos de interesse, o que constitui uma oportunidade para os membros da comunidade partilharem as suas prioridades e descreverem os problemas com a programação existente. De acordo com a Política do Mecanismo de Coordenação do País

(MCP) do Fundo Global, as consultas devem ter lugar ao longo do ciclo de três anos e devem dar às comunidades a oportunidade de receber informações e dar contributos, com o objectivo de reforçar o desempenho do programa. Para serem bem-sucedidas, estas consultas devem ser frequentes, inclusivas e acessíveis às partes interessadas relevantes da comunidade.

Entre os entrevistados da comunidade, a maioria sabia quem era o representante do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) do seu eleitorado (70%) e cerca de metade (43%) estava “satisfeita” ou “muito satisfeita” com o seu representante do Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Os resultados do RISE revelaram que, em geral, **as consultas da comunidade ao Mecanismo de Coordenação do País (MCP) eram frequentes**, com os participantes a afirmarem mais frequentemente que eram consultados várias vezes ao ano e 12% a afirmarem que eram consultados mais de uma vez por mês (**Fig. 7**). Contudo, em determinadas situações, é necessário alargar o âmbito das consultas à comunidade. Os resultados do inquérito RISE mostram que 27% dos entrevistados declararam nunca ter participado em consultas, ou que participavam numa base anual ou menos frequente. A maior parte dos membros da comunidade estava ansiosa por se envolver mais com o Fundo Global, com 50% dos participantes a declararem que o seu actual envolvimento com o Fundo Global é demasiado pequeno e que gostariam de se envolver mais. **Os membros da comunidade que participavam com mais frequência nas consultas tinham uma probabilidade significativamente maior de estarem satisfeitos com o seu representante no Mecanismo de Coordenação do País (MCP)**.

**Figura 8. Estratégias para melhorar o envolvimento do MCP com os membros da comunidade fora do MCP**



Muitos dos entrevistados descreveram esforços substanciais e estruturados para colaborar com a comunidade ao longo do ciclo de três anos. Alguns Mecanismos de Coordenação do País (MCP) partilharam mesmo regularmente os projectos de pedidos de financiamento com os intervenientes externos interessados ao longo do processo de redacção.

No entanto, os dados do RISE revelaram oportunidades importantes para um melhor apoio ao envolvimento mais alargado da comunidade com o Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Para se envolver melhor com o Mecanismo de Coordenação do País (MCP), a comunidade **solicitou uma melhor partilha de informações do Mecanismo de Coordenação do País (MCP)**, mais formação e capacitação, consultas mais frequentes e financiamento para participar (Fig. 8).

Um quarto dos participantes comunitários da amostra do RISE já tinha participado na selecção ou eleição de um representante do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) (25%). Entre os que participaram em eleições, 58% consideraram que o processo foi "justo" ou "muito justo." **Os membros da comunidade que consideravam o processo de selecção justo tinham maior probabilidade de estar satisfeitos com o seu representante do Mecanismo de Coordenação do País (MCP).** Os dados do RISE sugerem que um envolvimento mais frequente com o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e a realização de processos de selecção do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) mais justos e abertos podem ser factores importantes para aumentar a satisfação da comunidade com o funcionamento do Mecanismo de Coordenação do País (MCP).

#### **4.2 Equipamento: Acesso a ferramentas, informações, financiamento e recursos**

Uma participação significativa exige que os representantes da comunidade não só estejam presentes nos espaços de tomada de decisão, mas também que tenham acesso às ferramentas, dados e recursos necessários para contribuir activamente. Os resultados do RISE destacam o grande interesse das comunidades em aumentar a sua participação e a determinação em ultrapassar quaisquer barreiras pessoais e institucionais a este objectivo. Foram identificadas três oportunidades para capacitar este envolvimento. Em primeiro lugar, os representantes comunitários e os seus eleitorados devem dispor de recursos suficientes para participarem em todos os processos do Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Em segundo lugar, devem ter acesso a documentos, análises, relatórios e dados num formato acessível. E, por último, as comunidades beneficiariam de uma maior integração, orientação e reforço de capacidades para melhorar a sua eficácia e impacto.

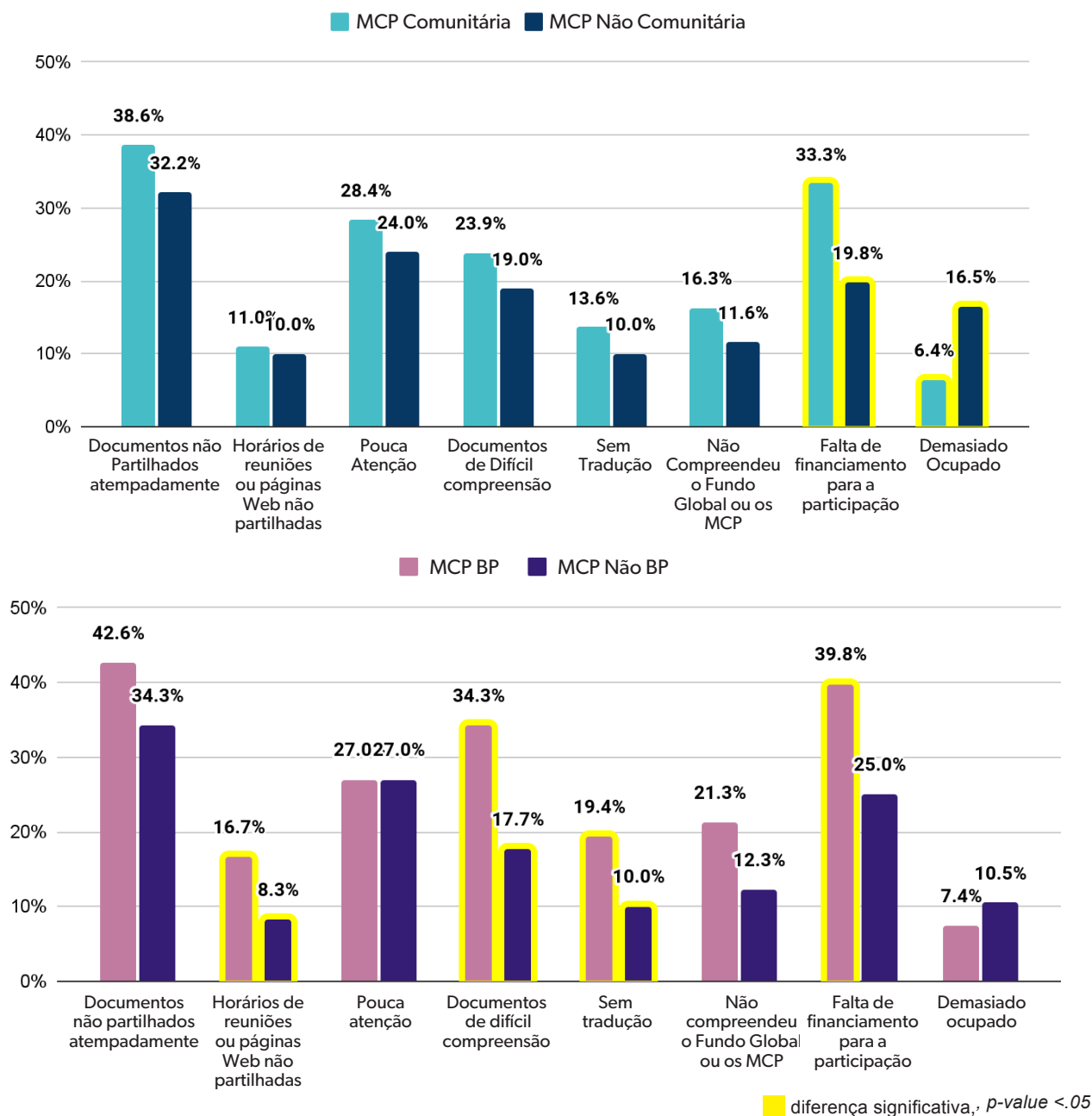
#### **4.2 Resumo: O que é necessário para munir melhor a sociedade civil e os representantes comunitários dos MCP para um envolvimento significativo?**

**4.2.1** Reforço do apoio às consultas e à participação

**4.2.2** Maior transparência e acesso ao controlo das subvenções

**4.2.3** Melhoria da integração e do apoio técnico aos representantes comunitários

**Figura 9. Desafios enfrentados pelos representantes dos Mecanismo de Coordenação do País (MCP), por comunidade e estatuto do Beneficiário Principal (BP).**



#### 4.2.1 Reforço do apoio às consultas e à participação

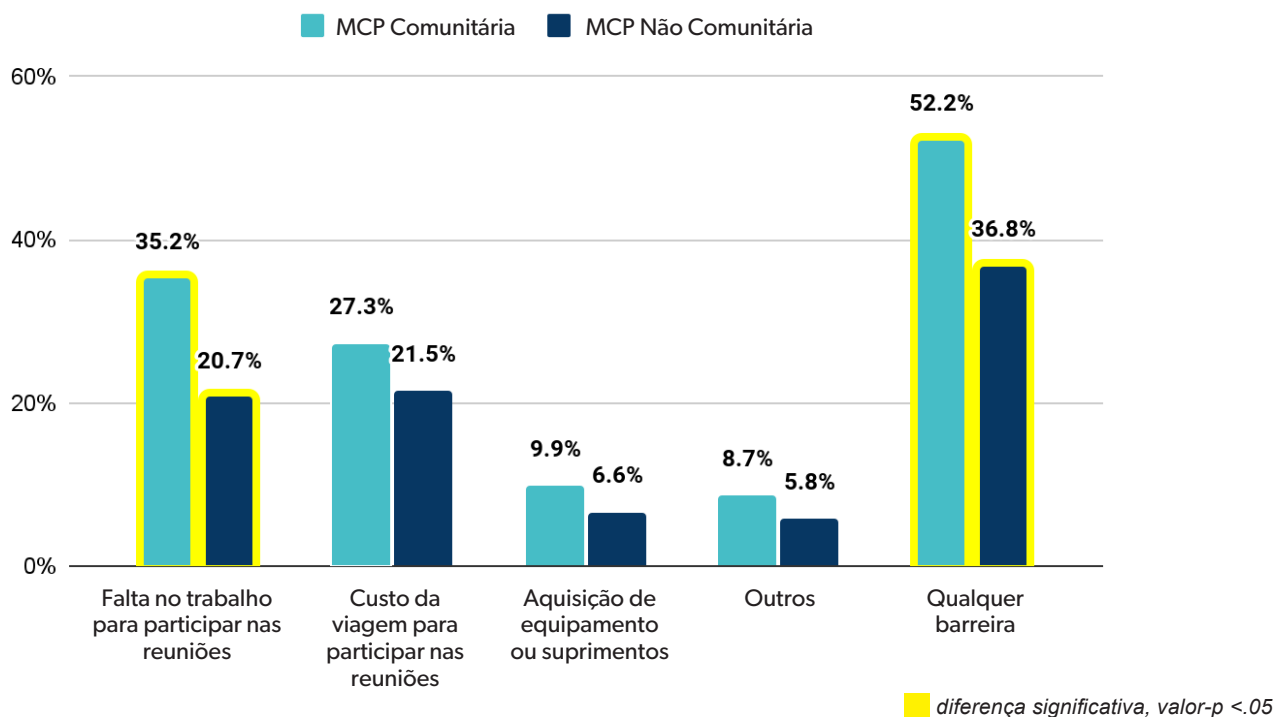
Os membros da comunidade desempenham as funções de representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) numa base voluntária e, como tal, não são formalmente contratados nem pagos como empregados. O Fundo Global fornece um importante apoio financeiro para os custos operacionais dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP), que é orçamentado pelo Secretariado separadamente do financiamento das subvenções. Este financiamento fornece os recursos essenciais para facilitar o funcionamento e as actividades do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), incluindo a supervisão, o envolvimento dos círculos eleitorais,

o alinhamento com as estruturas e processos nacionais e o reforço das capacidades.<sup>19</sup>

No geral, 48% dos representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) descreveram que o apoio financeiro disponível lhes permitiu participar nas actividades dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) sem dificuldades financeiras. No entanto, outros relataram desafios financeiros e logísticos substanciais à participação, sendo os representantes da comunidade e do Beneficiário Principal (BP) os mais afectados por estas barreiras (Fig. 9). Os membros dos Mecanismo de Coordenação do País (MCP) comunitários



**Figura 10. Tipos de obstáculos financeiros à participação no MCP**



foram significativamente mais propensos a declarar a falta de financiamento como um obstáculo à participação, enquanto os membros dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) não comunitários foram mais propensos a declarar que estavam "demasiado ocupados" para participar. As dificuldades financeiras mais frequentemente referidas incluíam a necessidade de faltar ao trabalho, ter de pagar as despesas de viagem ou ter de comprar outros suprimentos. Os representantes da comunidade eram significativamente mais susceptíveis de ter de faltar ao trabalho para participar nas reuniões do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) (Fig. 10). Nos contextos em que os representantes são trabalhadores assalariados com participação financiada, as suas próprias organizações podem sofrer interrupções ou ter dificuldades em preencher o tempo dos trabalhadores.

Em particular, o processo de desenvolvimento do Pedido de Financiamento foi por vezes descrito como criando um encargo financeiro para **os representantes da comunidade, que relataram ter recebido apoio financeiro inadequado** para o seu tempo e despesas. Nos casos em que o Fundo Global fornece financiamento para consultas comunitárias e operações do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), os desembolsos foram, por vezes, atrasados ou insuficientes. Embora 73% dos membros dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) comunitários tenham declarado que a comunidade recebe apoio financeiro para participar nas consultas, 72% desses membros afirmaram que o nível de apoio não era suficiente. Nalguns casos, a falta de transparência levou os entrevistados a considerar

a falta de financiamento como uma tentativa intencional de excluir os representantes comunitários dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP).

*"Algumas das razões [não há apoio para participar na redação do Pedido de Financiamento] posso não saber, mas pelo que vi, é para lhes negar a oportunidade de negociarem o que querem. Torna-os vulneráveis: não têm dinheiro para se deslocarem aos locais, para se sentarem a escrever. Se tiverem de viajar, não podem fazê-lo todos os dias, porque é dispendioso. Quando se está num hotel aqui, não se consegue arranjar comida barata. Temos de comer lá, por isso acabamos por desistir. Mas isso é uma técnica que nos torna vulneráveis e acabamos por desistir sozinhos."* (Membro da comunidade não-MCP)

Para além de funcionarem como um obstáculo às consultas, **as barreiras financeiras também surgiram como um desafio à supervisão programática**. A maior parte da supervisão das subvenções é efectuada através de visitas aos locais, o que exige que os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) se desloquem a todo o país. No entanto, os membros da comunidade entrevistados referiram que não são remunerados, que pagam as despesas de viagem e que têm de comer e dormir em locais separados dos outros representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) durante as viagens de supervisão.

*"A supervisão faz parte das nossas principais funções no Mecanismo de Coordenação do País (MCP) [...] e isso é algo que temos vindo a fazer, penosamente. [...] Cabe em parte*

*ao governo e em parte ao Fundo Global garantir que existem recursos e dotações suficientes para que os membros do conselho de administração possam desempenhar eficazmente essa função de supervisão. Mas chegou ao ponto de desencorajar alguns colegas de o poderem fazer. Por exemplo, eu mando-o para uma província diferente daqui. Mas o teu bem-estar durante essa viagem não existe [...] Significa que um membro do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) tem de pagar do seu próprio bolso.”* (Actual representante comunitário do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) PVHIH)

Garantir um financiamento adequado para a participação dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) é uma prioridade fundamental. **Os fluxos de financiamento apoiados pelo Fundo Global são disponibilizados para a participação da comunidade** e são de importância crucial para garantir que os membros da comunidade possam participar nas reuniões do Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Estes fundos são normalmente desembolsados através do Beneficiário Principal (BP). Para garantir que estes fundos são distribuídos de forma equitativa e atempada, os entrevistados sublinharam a importância de um melhor acompanhamento e informação sobre os fluxos de financiamento do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), nomeadamente através do reforço dos requisitos de informação. Nos casos em que os BP's do governo enfrentam dificuldades em facilitar o trabalho dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) devido à complexidade da gestão de recursos fungíveis ou a atrasos administrativos, o Secretariado deve considerar vias de pagamento mais simplificadas, como o financiamento de duas vias ou pagamentos directos às redes comunitárias.

#### **4.2.2 Maior transparência e acesso necessários para a supervisão das subvenções**

A supervisão da implementação das subvenções é uma das principais responsabilidades do Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Atribuir ao país implementador a responsabilidade de supervisionar programas de saúde de alta qualidade é uma inovação fundamental do modelo do Fundo Global. O Mecanismo de Coordenação do País (MCP) contribui para este pilar fundamental ao convocar um fórum para que os governos, a sociedade civil, os utentes dos serviços de saúde e outros círculos eleitorais realizem a supervisão. De acordo com o Fundo Global, esta supervisão deve envolver a análise regular dos dados de desempenho em colaboração com os BP e o trabalho conjunto para resolver problemas de desempenho insuficiente e estrangulamentos.<sup>6</sup> Nos casos em que o desempenho insuficiente é recorrente ou intratável, o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) é responsável pela identificação de um novo BP.

Em muitos países, a função de supervisão das subvenções é liderada por um comité específico, que tem a tarefa de analisar o desempenho das subvenções e preparar recomendações para análise e feedback de todo o Mecanismo de Coordenação do País (MCP). De acordo com os participantes entrevistados, **o comité de supervisão tem a maior representação da comunidade**

de todos os comités, com 84% dos países a declararem ter representação da comunidade, da sociedade civil ou da população-chave no comité. De um modo geral, entre os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) entrevistados pelo RISE, 53% declararam ter participado em quaisquer actividades de supervisão relacionadas com a concessão de subvenções. Em particular, os representantes da comunidade tinham uma probabilidade significativamente menor de participar na supervisão das subvenções do que os membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) não comunitários (47% vs. 69%, respetivamente).

#### **A supervisão programática foi descrita como sendo efectuada principalmente através de visitas ao terreno.**

Estas visitas, geralmente descritas como ocorrendo trimestralmente, envolvem visitas presenciais de representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) a clínicas, armazéns, laboratórios ou locais comunitários para observar a prestação de serviços e interagir com os beneficiários que foram mobilizados para as visitas. As conclusões destas visitas são registadas em cartões de pontuação ou relatórios e são depois apresentadas ao Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Embora as visitas no terreno tenham sido consideradas um mecanismo importante para obter feedback dos locais de prestação de serviços, **surgiram vários desafios em torno das visitas no terreno como principal ferramenta de supervisão**, incluindo a falta de transparência na forma como os locais foram seleccionados, o alcance e âmbito limitados das visitas presenciais e a prática de orquestrar a participação dos beneficiários dos serviços, introduzindo assim potencialmente narrativas preconcebidas e preconceitos.

Paralelamente às visitas aos locais, os entrevistados descreveram a análise dos dados dos BP's's como uma estratégia de supervisão. Alguns entrevistados descreveram que esta supervisão funcionava bem, com os BP a partilharem dados detalhados que estavam acessíveis a todos os membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), tanto como dados em bruto como em relatórios e painéis de controlo accionáveis. No entanto, em muitos contextos, os representantes da comunidade, dentro e fora do Mecanismo de Coordenação do País (MCP), continuam a **debater-se com o acesso a informação atempada e relevante** sobre a implementação das subvenções, o desempenho dos BP's e a atribuição de financiamento. De facto, o desafio mais frequentemente referido pelos membros do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) foi o facto de a informação não ser partilhada atempadamente (37% dos participantes no Mecanismo de Coordenação do País (MCP), sendo os dados programáticos partilhados tardiamente e, muitas vezes, num formato agregado que não permite uma análise granular. Por vezes, foi descrito que os representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) dispunham de informações pormenorizadas sobre os objectivos e os orçamentos; no entanto, esses dados eram geralmente

agregados e resumidos pelos secretariados dos Mecanismo de Coordenação do País (MCP) ou pelos BP e apresentados em forma de resumo para discussão. Os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) ficavam assim encarregados de efectuar análises independentes dos dados em bruto, o que era dificultado pela falta de tempo, apoio financeiro e capacidade técnica.

*"Penso que o maior desafio é responsabilizar o governo. E a melhor forma de responsabilizar o governo é capacitar o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) para ser um cão que morde. Não se trata apenas de um grande, grande, grande conselho estratégico que não consegue morder. Quer dizer, uma coisa é fazer uma recomendação, mas outra coisa é garantir que essa recomendação seja cumprida. E quando a recomendação não é cumprida dentro deste período de tempo, o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) tem a capacidade de fazer x, y, z."* (Actual representante comunitário do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) de PVHIV)

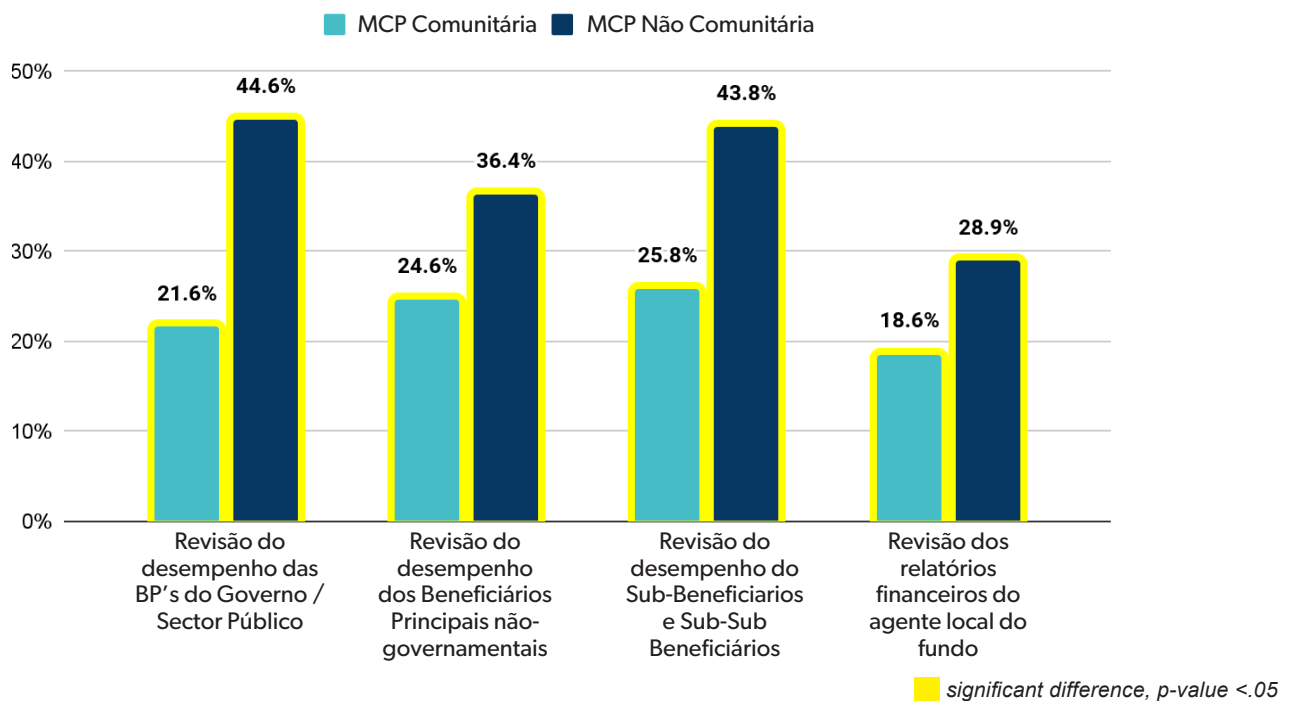
Os participantes observaram que, embora os BP's sejam obrigados a partilhar dados para efeitos de supervisão no âmbito do Mecanismo de Coordenação do País (MCP),<sup>20</sup> quando estas expectativas não são cumpridas, a comunidade tem poucos recursos para exigir mais informações aos BP's. De facto, embora o Fundo Global disponha de vários mecanismos para comunicar as nove Práticas Proibidas,<sup>21</sup> como por exemplo através do Gabinete de Inspeção-Geral,<sup>22</sup>

não existe um sistema semelhante para a comunicação anónima de desafios programáticos e de governação a uma autoridade independente. Os participantes **apelaram especificamente à criação de meios para fazer cumprir os acordos de partilha de dados** quando estes não estão a ser cumpridos.

Além disso, alguns entrevistados descreveram que os **BP's governamentais estão sujeitos a padrões de apresentação de relatórios diferentes dos dos BP's não-governamentais**, sendo os dados de desempenho do governo partilhados tardiamente, num formato altamente agregado, ou nem sequer sendo partilhados. Além disso, enquanto 45% dos representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) não comunitários tinham participado na supervisão de um BP governamental, apenas 22% dos representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) comunitários declararam ter participado. De facto, os representantes dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) não comunitários tinham mais probabilidades de estar envolvidos em todas as partes da supervisão do Principais Beneficiários (PB) e dos Sub-beneficiários (SB) (**Fig. 11**).

*"Estamos sempre a dizer-lhes que não podem obstruir este tipo de coisas. Têm de nos dar um panorama mais alargado, desagregar a informação. Digam-nos, nesta região, o que está a acontecer nestes distritos. Isto é o que está a acontecer e [quem] é responsável por isso. Mas, como eu disse, há muita complacência. Por vezes penso que o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) é um cão mentiroso que ladra mas não morde. Nós ladrámos ao governo. Ladrámos ao governo, mas temos as mãos atadas."*

**Figura 11. Tipos de participação em actividades de supervisão**



*Não podemos morder o governo". (Actual representante comunitário do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) das PVHIV)*

Os painéis de controlo de dados representam uma ferramenta potencialmente útil para a partilha de dados. No entanto, atualmente, os dados contidos nos painéis de controlo são geralmente descritos como sendo difíceis de interpretar ou não estão traduzidos para as línguas locais; outros referiram a necessidade de apoio ao desenvolvimento de capacidades para integrar os representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) nos painéis de controlo. Em nenhum contexto os painéis de controlo foram descritos como um recurso público para ajudar as comunidades fora do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) a participarem na supervisão programática, apesar de vários inquiridos terem manifestado interesse em participar na supervisão liderada pela comunidade, por exemplo, através de visitas de campo independentes e lideradas pela comunidade e da monitoria liderada pela comunidade (MLC). O Fundo Global não publica em lado nenhum os dados das subvenções a um nível mais granular do que o módulo do Quadro de Desempenho.

*"Queremos algumas visitas de supervisão especificamente para a sociedade civil, em que [...] a equipa da sociedade civil [seja financiada para] monitorizar e supervisionar estes programas governamentais, não necessariamente ditados pelo governo ou pelo Secretariado [do Mecanismo de Coordenação do País (MCP)]. [...] Porque, se alguns funcionários do governo forem eles próprios monitorizar, o que estamos a dizer é que a sociedade civil desempenharia realmente o papel legítimo de supervisão e produziria um relatório, mas também*

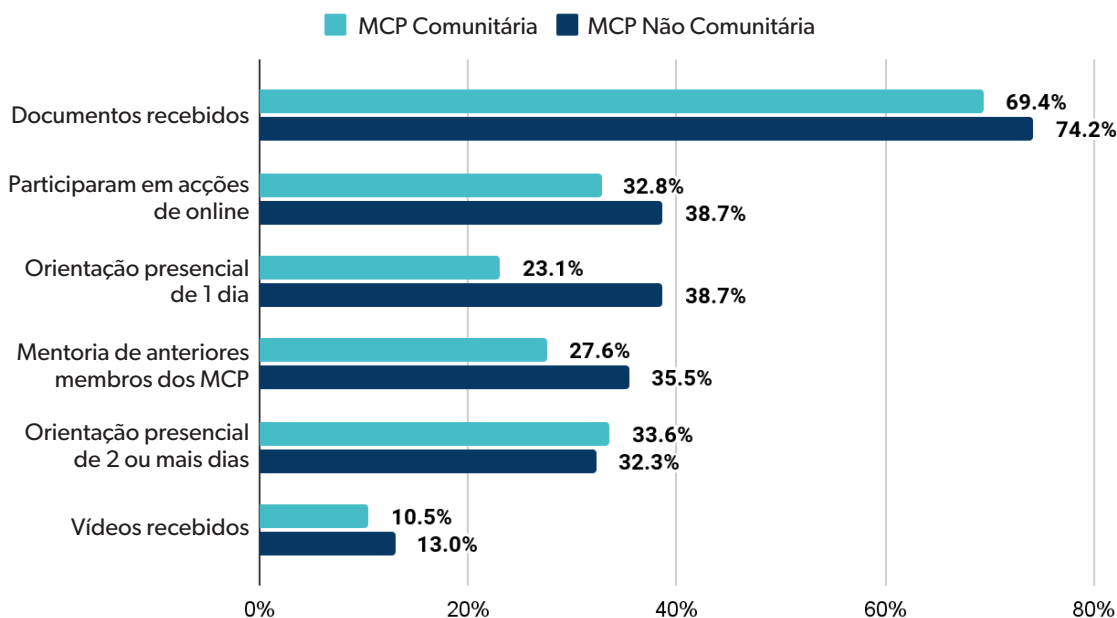
*chegaria ao conselho de administração dizendo que, na nossa visita, [encontrámos isto]. Dessa forma, é mais independente". (Actual representante não comunitário do Mecanismo de Coordenação do País (MCP))*

#### 4.2.3 Melhoria da integração e do apoio técnico aos representantes da comunidade

Os representantes não-governamentais Dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) são "seleccionados pelos seus próprios círculos eleitorais com base num processo documentado e transparente, desenvolvido no seio de cada um desses círculos"<sup>6</sup> Em todos os casos documentados pelo RISE, os representantes comunitários dos Mecanismos de Coordenação do País (MCP) ocupam lugares com duração e limites de mandato definidos.

Embora os limites de mandatos sejam uma estratégia importante para evitar a corrupção e a incumbência entrenchada, o ciclo de representantes da comunidade foi identificado como um desafio para a continuidade e o conhecimento institucional. Este desafio foi vivido principalmente pelos representantes da comunidade, uma vez que os representantes do governo não estão normalmente sujeitos a limites de mandatos e não são eleitos pelo povo. Depois de serem seleccionados, os representantes têm de se familiarizar rapidamente com o modelo do Fundo Global e compreender os deveres e responsabilidades dos representantes do Mecanismo de Coordenação do País (MCP). Os representantes comunitários entrevistados descreveram que passaram os primeiros, um ou mais anos a familiarizar-se com o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e que **só puderam contribuir significativamente na parte final do seu mandato.**

**Figura 12. Orientação recebida por tipo de membro do MCP**





*"Demorei quatro anos a começar a compreender mais ou menos o que era o Mecanismo de Coordenação do País (MCP) e para que servia. Este processo não é fácil. A dada altura, temos medo de falar, porque quando uma pessoa é da comunidade, sente-se muito desconfortável no meio destas organizações governamentais, das organizações internacionais, que são dirigidas pelo Ministro da Saúde." (Ex-Representante do Mecanismo de Coordenação do País (MCP) da Comunidade de Trabalhadores do Sexo)*

Entre os entrevistados, 62% receberam alguma forma de integração quando aderiram ao Mecanismo de Coordenação do País (MCP), a maioria das vezes sob a forma de recepção de documentos (**Fig. 12**). Vários entrevistados descreveram o **processo de integração como um processo que necessita de ser reforçado**, incluindo a necessidade de documentos de formação nas línguas preferidas.

Um importante fator que facilitou a participação da comunidade foi o **apoio e a orientação de representantes actuais ou anteriores do MCP**. Um total de 29% dos inquiridos no âmbito do RISE refere ter recebido orientação de um anterior membro do MCP. A tutoria foi útil não só para a transmissão de conhecimentos institucionais, mas também para capacitar os representantes do MCP na sua função de supervisão.

*"Como as pessoas me orientaram, eu estou a orientar da mesma forma. A nossa nova representante está agora no MCP, mas está a enfrentar ainda mais dificuldades porque a formação, tal como nos formaram a nós, já ninguém os está a formar... Estou a tentar formá-los. Estou a tentar dar-lhes formação. Por isso, eles dizem: 'Não percebemos isto. Temos medo de falar'. Também há pressão sobre eles por parte dos antigos membros do MCP, que vêem que estão mais fracos, e alguns deles tentam pressioná-los para que votem nisto e não votem naquilo. Eu tenho de lhes explicar porque é que não devem seguir isso". (Antigo Representante do MCP para a Comunidade de Trabalhadores do Sexo)*

Os dados do RISE revelam que, em muitos contextos, estão presentes estruturas informais de integração e orientação entre pares. No entanto, o apelo recorrente ao reforço das capacidades, especialmente entre os membros da comunidade, sugere a necessidade de preparar melhor os representantes dos MCP's para as suas funções. A integração formal deve ser efectuada atempadamente e antes do início das funções dos representantes no MCP.

Dada a curva de aprendizagem acentuada para os membros da comunidade que não foram previamente expostos ao modelo do Fundo Global, a orientação deve incluir aprendizagens presenciais e não apenas a receção de documentos. Vários participantes elogiaram o curso online do Fundo Global, mas acharam que era mais apropriado como uma atualização para pessoas que já tinham um forte conhecimento prático

do Fundo Global do que como material de orientação. Dada a necessidade de apoiar os representantes da comunidade a navegar em dinâmicas de poder complicadas e políticas internas, o Fundo Global e os seus parceiros devem reforçar e desenvolver programas financiados para financiar a orientação entre pares, a aprendizagem entre países e o desenvolvimento de capacidades dentro dos círculos eleitorais da comunidade.

#### **4.3 Capacitação: Poder da comunidade sobre os MCP's**

Para além de facilitarem a coordenação entre governos e doadores, os MCP's do Fundo Mundial são espaços de democracia participativa, em que os utilizadores dos serviços e as comunidades têm autoridade para tomar decisões e supervisionar os seus próprios governos e sistemas públicos de saúde. Como tal, os MCP's têm um potencial significativo para reforçar a prestação de serviços de saúde, aumentar a transparência e desenvolver a responsabilização e a representação. No entanto, tal como acontece com todas as vias de participação cívica, este potencial depende fundamentalmente das comunidades e os seus representantes seleccionados estão habilitados a participar de forma significativa.

Um dos principais objectivos do estudo RISE era medir e compreender até que ponto os actuais processos do Fundo Global estão a capacitar com êxito as comunidades a todos os níveis de desenvolvimento e supervisão das subvenções. Isto inclui a identificação de bons exemplos de copropriedade comunitária e partilha colaborativa de poder nos MCP's, bem como de oportunidades para melhorar o poder da comunidade através de alterações políticas ou do reforço das actuais políticas do Fundo Global.

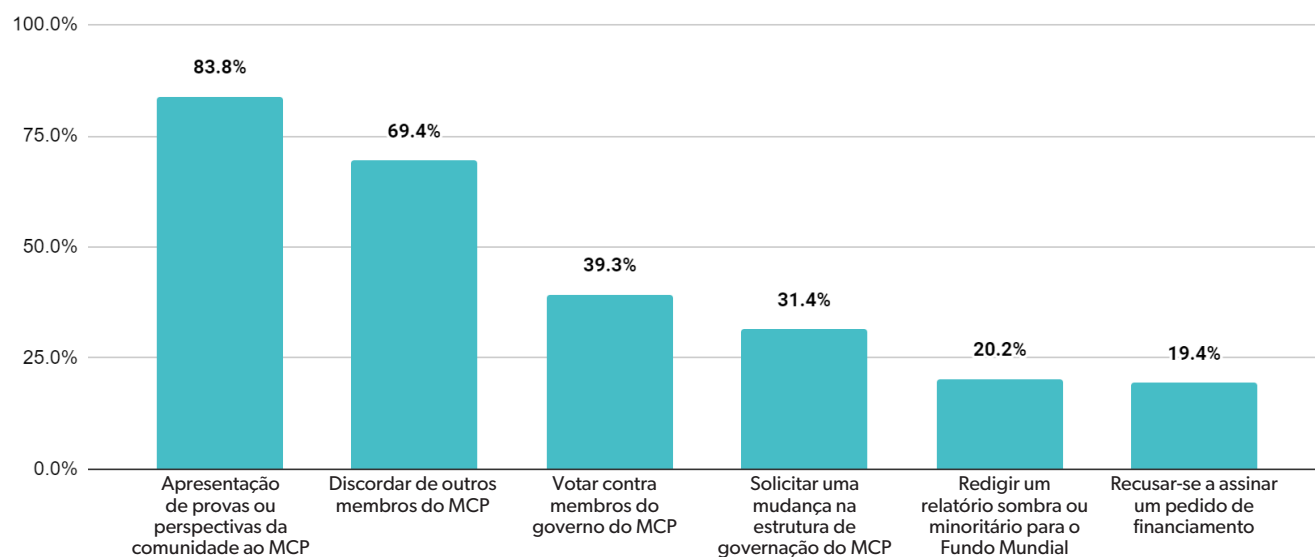
#### **Resumo: O que é que efectivamente capacita as comunidades para os MCP?**

- 4.3.1.** Reforçar o poder, a autonomia, a autoridade e a capacidade da comunidade
- 4.3.2.** Protecção dos representantes da comunidade contra a intimidação e a discriminação
- 4.3.3.** Aumentar o apoio às comunidades que operam em ambientes políticos difíceis

#### **4.3.1. Reforçar o poder, a autonomia, a autoridade e a capacidade da comunidade**

O Fundo Global é único entre os doadores internacionais por exigir um fórum de decisão multissetorial que reúne partes interessadas de todos os espectros de influência e poder, com cada membro com poder de voto formal. Estes espaços são fundamentais para o impacto das subvenções, a sustentabilidade a longo prazo dos programas de saúde pública e a promoção de uma maior responsabilização e transparência.

**Figura 13. Estratégias de reação dos membros dos MCP's da comunidade**



No entanto, as dinâmicas de poder pré-existentes entre os membros do MCP são incorporadas nas suas funções no MCP. Este facto pode influenciar a governação e o funcionamento do MCP, apesar de os membros terem igual poder de voto.

Como tal, há que ter o cuidado de mitigar os diferenciais de poder entre os representantes nos MCP's.<sup>23</sup> Estes diferenciais de poder podem ser alimentados por um acesso desigual aos recursos, desigualdades no financiamento, estigma social e discriminação contra grupos comunitários. Para combater esses diferenciais de poder inerentes, os processos dos MCP's devem ser propositadamente concebidos para combater as desigualdades, igualar o poder e apoiar os representantes da comunidade para que possam elevar as vozes da comunidade. De facto, embora a inclusão formal em espaços de tomada de decisões e a preparação para a participação sejam pré-requisitos necessários, os representantes da comunidade devem também ter a autonomia e a autoridade necessárias para participarem eficazmente no MCP.

As evidências do estudo RISE encontraram várias oportunidades e estratégias chave para reforçar o poder da comunidade no MCP. Um momento-chave descrito pelos inquiridos foi a assinatura do Pedido de Financiamento, em que os documentos devem ser aprovados por todos os representantes dos MCP's antes de serem formalmente apresentados ao Secretariado.

Os inquiridos descreveram este passo como sendo importante para a comunidade. Os inquiridos descreveram este passo como um importante ponto de alavancagem e uma oportunidade chave para exercer autoridade de decisão. De facto, os dados do inquérito RISE revelaram que 19% dos membros comunitários do MCP descreveram ter-se recusado a assinar um pedido de financiamento (**Fig. 13**).

Nomeadamente, nos contextos em que os representantes dos MCP's descreveram não ter visibilidade sobre a(s) eventual(is) subvenção(ões), este passo nem sempre resultou no financiamento da intervenção comunitária. Para capacitar os representantes da comunidade, é vital que eles vejam a apresentação final da subvenção e saibam que têm o direito de se recusar a assinar se o documento excluir as suas contribuições.

*"Durante a redação, penso que era mais fácil para nós negociar, porque precisavam da sua assinatura no final e, por isso, faziam cedências em relação a isto e aquilo. Mas depois disso, tenho de ser muito sincero convosco: Não sei o que é que está nessa candidatura". (Actual representante do MCP da Comunidade TB)*

Outra estratégia utilizada pelos representantes do MCP foi solicitar alterações aos BP, nos casos em que o actual implementador era incapaz de, ou não estava disposto a, implementar as actividades da subvenção. É de notar que isto só pode ser conseguido quando os representantes da comunidade têm acesso aos dados de desempenho dos BP's.

Além disso, 20% dos membros comunitários do MCP afirmaram ter participado na redação de um "relatório-sombra" para o Secretariado, a fim de dar a conhecer as suas prioridades (**Fig. 13**). Outros descreveram o desenvolvimento de elementos de consenso da comunidade antes das negociações do Pedido de Financiamento, o que foi visto como uma estratégia valiosa para ter uma voz coordenada.

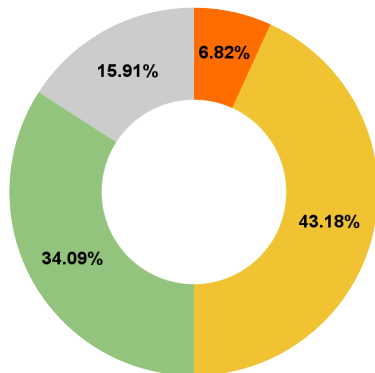
Estas estratégias de "empurrar para trás" empregues pela comunidade são vitais para construir o poder da comunidade - mas não são universalmente utilizadas pelos membros da comunidade. As oportunidades para os membros comunitários



**Figura 14. Discriminação e intimidação dos membros da PC nos MCP's**

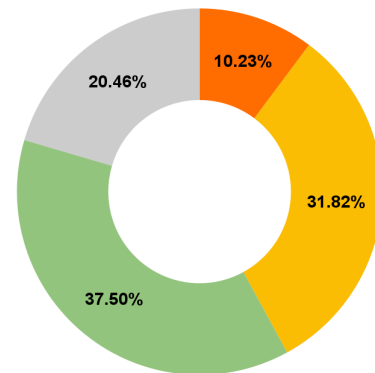
Discriminação entre os membros da PC nos MCP's

● Sempre ● Por vezes ● Nunca  
● Não sabe ou prefere não responder



Intimidação entre os membros da PC nos MCP's

● Sempre ● Por vezes ● Nunca  
● Não sabe ou prefere não responder



do MCP aprenderem estratégias, uns dos outros, podem ajudar a disseminar as melhores práticas e a construir o poder coletivo da comunidade em todos os contextos.

As plataformas de aprendizagem entre países poderiam também facilitar a orientação entre pares e a resolução de problemas quando as comunidades enfrentam desafios de governação.

#### **4.3.2. Protecção dos representantes da comunidade contra a intimidação e a discriminação**

Os MCP's foram concebidos para serem espaços democráticos e de colaboração e, de facto, existem poucos exemplos de mecanismos internacionais de concessão de subsídios que tenham atingido este nível de apropriação nacional e de cooperação

### **D E S T A Q U E : Transição do programa de populações-chave para um responsável pela implementação na comunidade na África Austral in Southern Africa**



Uma parte vital das funções de supervisão dos MCP's é a avaliação do desempenho dos BP's e dos SB e a abordagem do desempenho insuficiente através de correções de rumo. A supervisão consome muitos recursos e exige a realização de visitas de supervisão, o acesso atempado aos dados de desempenho, a criação de consensos e o envolvimento repetido com os implementadores para garantir melhorias. Embora a realização da supervisão seja um desafio em muitos países, num MCP da África Austral, a comunidade respondeu ao fraco desempenho solicitando com êxito a transição para um novo BP, liderado pela comunidade, para implementar programas comunitários, o que foi conseguido através de uma advocacia consistente e da utilização de dados de desempenho. Um representante dos MCP's descreveu o seguinte:

*"Algumas das BP que estão a implementar o módulo para populações-chave, [...] sabe como é a gestão de topo, são todas pessoas brancas e são todas estrangeiras e estão a ganhar uma enorme quantidade de salários e dizem simplesmente: "Estou aqui apenas para os próximos cinco anos". [...] Então a sociedade civil questionou: "Como é que vamos garantir que as pessoas que precisam de beneficiar destes programas são os verdadeiros beneficiários dos mesmos? E foi aí que começámos o processo de transição para dizer que tínhamos de retirar o módulo dos trabalhadores do sexo e dá-lo a [uma organização comunitária]." (Actual representante dos MCP's da comunidade de trabalhadores do sexo)*

multissetorial. No entanto, os MCP's funcionam no contexto político e social de cada país, todos eles com alguma forma de criminalização da PC. Estes contextos políticos mais amplos desempenham um papel direto nos MCP's **funcionamento e a capacidade da comunidade de se envolver plenamente no processo.**

A segurança e o conforto dos membros comunitários dos MCP's é fundamental. Os resultados do RISE revelaram que, em geral, 41% dos membros comunitários dos MCP's relataram "sempre" ou "às vezes" sentir situações de discriminação no âmbito dos MCP's e 36% referiram "sempre" ou "por vezes" ter sofrido intimidações no âmbito dos MCP's. Estes números foram significativamente mais elevados para os representantes das PC's, com 50% a relatar situações de discriminação e 42% de intimidação (**Fig. 14**). **Vários participantes da PC denunciaram actos de homofobia e situações de discriminação por parte dos seus MCP colegas,** com situações de discriminação no seio dos MCP's que levaram alguns membros da comunidade a recusar servir como representantes, a fim de proteger a sua segurança.

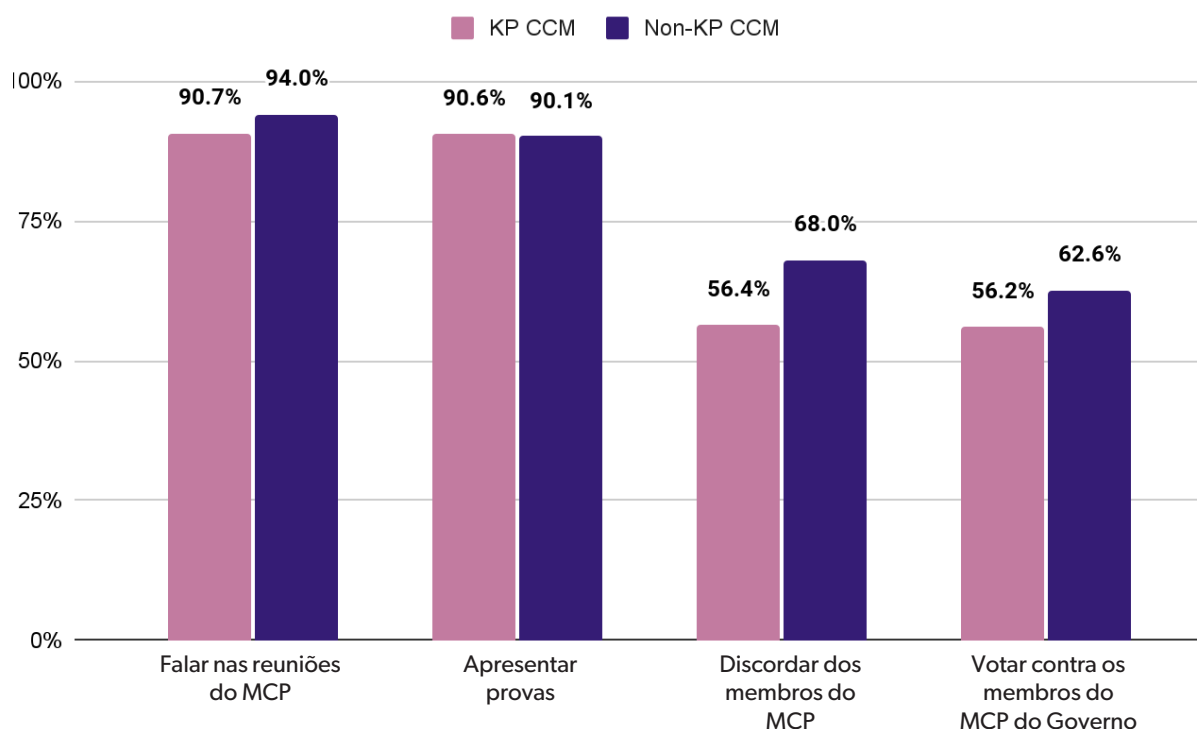
*Eles [os representantes do governo nos MCP's] tinham perguntas sobre o porquê de tanto financiamento estar*

*a ser atribuído à comunidade LGBT, aos trabalhadores do sexo. Esse tipo de coisas. Têm perguntas sobre, sabe, foram feitas algumas declarações bastante desagradáveis. O assunto foi debatido no Conselho Superior, ao ponto de terem dito: "Deixem estes homossexuais morrerem de SIDA" e coisas do género. (Antigo Representante da Comunidade dos Trabalhadores do Sexo nos MCP's)*

Apesar destes relatos de situações de discriminação e intimidação nos MCP's, a grande maioria dos membros dos MCP's comunitário diz sentir-se à vontade para falar nas reuniões dos MCP's (93%) e apresentar provas aos MCP's (90%). Mais de metade dos membros da comunidade (64%) sente-se à vontade para discordar de outros membros dos MCP's ou para votar contra os membros do governo nos MCP's (60%). No entanto, os membros da PC registaram índices de conforto mais baixos em todas as categorias do que os membros da PC não pertencentes à comunidade (**Fig. 15**). Estes dados sugerem que as PC's estão a sofrer uma situação de discriminação explícita nos MCP's, mas que continuam a encontrar formas de falar nestes espaços.

Os dados do RISE também revelaram uma exclusão generalizada das comunidades nos espaços dos

**Figura 15. Grau de conforto com diferentes estratégias de reação por grupo de PC**



## Quadro 4. Sanções estratégicas para a comunidade

### **Actual representante da comunidade de TB no MCP**

*"Só pedimos umas dez vagas para as OSC e depois disseram-nos que podíamos ir à reunião, mas depois não tinham refeições para nós. Não, foi muito hostil."*

### **Actual representante da Comunidade de Jovens no MCP**

*"Viajei para [capital], embora não tenha sido facilitado [apoiado financeiramente]. Graças a Deus, tinha algo de pequeno por minha conta..., certificava-me de que levava comigo lanches suficientes e que era o meu jantar. Por isso, alugava um pequeno quarto nos subúrbios."*

### **Antigo representante da comunidade de PVHIV no MCP**

*"É quase como se nos queixássemos demasiado, o governo nos impediria de ter um MCP. É uma espécie de ameaça. Portanto, estamos a caminhar sobre uma linha muito ténue entre o que podemos dizer sem sermos expulsos."*

## Quadro 5. Exclusão das vozes da comunidade

### **Membro da Comunidade não-MCP**

*"And our process was really, really ugly. They even physically threw us out of meetings. They change rooms and go to separate rooms. And you didn't know what they submitted. What we had and what they submitted is different."*

### **Previous PLHIV Community CCM Representative**

*"E o nosso processo foi muito, muito feio. Chegaram a expulsar-nos fisicamente das reuniões. Mudavam de sala e iam para salas separadas. E não sabíamos o que é que eles apresentavam. O que nós tínhamos e o que eles apresentavam era diferente."*

### **Anterior MCP da comunidade de PVHIV**

*"Quer dizer, qual é o objectivo, porque na reunião seguinte somos obrigados a aprovar de qualquer maneira para assinar [o pedido de financiamento], o que quer que digamos não aparece de qualquer maneira. Portanto, parece que está tudo bem e é tudo óptimo."*

MCP's através de uma variedade de táticas descritas pelos participantes como "**sanção estratégica**" (**Quadro 4**). Trata-se de ações que podem não excluir directamente a comunidade da participação, mas que a tornam menos confortável ou difícil para os membros da comunidade, como, por exemplo, receber informações sobre as reuniões dos MCP's demasiado tarde para poderem participar, não lhes ser oferecido qualquer refeição para as reuniões de dia inteiro, ou saber que as reuniões tinham sido transferidas de um local central e não lhes ser oferecido o reembolso do transporte.

Em exemplos mais extremos de exclusão, os membros da comunidade relataram que foram fisicamente retirados das salas de reunião ou que as suas contribuições para os documentos dos MCP's foram eliminadas antes da apresentação final (**Quadro 5**). Tanto as sanções estratégicas como a exclusão flagrante dos membros da comunidade constituem violações directas do compromisso do Fundo Global para com a participação da comunidade.

Estas conclusões indicam uma clara **necessidade do Fundo Global reforçar e promover as suas políticas em matéria de não-discriminação e à proteção dos direitos humanos**, e garantir que estas normas sejam divulgadas através de formações regulares, ações de sensibilização e intervenção directa do Secretariado. Além disso, os parceiros do Fundo Global nos MCP's, incluindo os bilaterais, multilaterais e outros parceiros da sociedade civil, **têm um papel claro no apoio aos membros dos MCP's da PC** e na promoção de espaços seguros para a governação.

Uma justificação frequentemente descrita para a exclusão da comunidade é o **conflito de interesses (COI)**. De facto, as preocupações com o COI aparente ou real são frequentes e inerentes ao papel complexo dos MCP's, em que o mesmo conjunto de intervenientes é simultaneamente responsável pela solicitação de financiamento dos doadores, pela atribuição de financiamento a executores de programas seleccionados e pela supervisão. Os MCP's são muitas vezes suscetíveis de serem alvo de informações falsas; por exemplo, os intervenientes governamentais desempenham normalmente uma função de supervisão enquanto actuando simultaneamente como BP da mesma forma, os representantes da comunidade mais qualificados, escolhidos pela sua experiência no assunto e pelo seu posicionamento como representantes legítimos dos seus círculos eleitorais, são muitas vezes também organizações líderes elegíveis para financiamento como RS ou RSS. Para mitigar os riscos de COI, o Fundo Global exige que os MCP's publiquem e apliquem políticas de COI dos MCP's.<sup>6</sup>

No entanto, os inquiridos do RISE referiram que as **políticas em matéria de COI e recusas eram aplicadas de forma desproporcionada aos representantes comunitários dos MCP's** e raramente aos representantes do sector público.

Os representantes comunitários dos MCP's relataram que lhes foi pedido que abandonassem as deliberações sobre financiamento ou definição de prioridades para as ações de subvenção, durante as quais outros beneficiários da MCP do sector público foram autorizados a permanecer. Os membros da comunidade mostraram-se confusos sobre quais eram os seus direitos nestas situações e se havia algum recurso para serem retirados indevidamente de uma discussão dos MCP's. É necessário que o Secretariado do Fundo Global garanta que as políticas de participação nos assuntos internos sejam aplicadas de forma igual a todos os membros dos MCP's e que promova oportunidades para os membros comunitários dos MCP's denunciarem casos de violação das políticas.

#### **4.3.3. Aumentar o apoio às comunidades que operam em ambientes políticos difíceis**

Sempre que são feitas denúncias de exclusão da comunidade ou de mau funcionamento dos MCP's, o apoio do Secretariado do Fundo Global é vital. Os dados do RISE demonstraram claramente que as comunidades confiam nas políticas do Secretariado para o envolvimento da comunidade e nos critérios para a inclusão da PC, a fim de combater as desigualdades nos MCP's. Os membros comunitários dos MCP's descreveram o processo de defesa da inclusão das suas prioridades como um desafio constante, mas sentem-se encorajados por saberem que **o Fundo Global valoriza efectivamente o envolvimento da comunidade**.

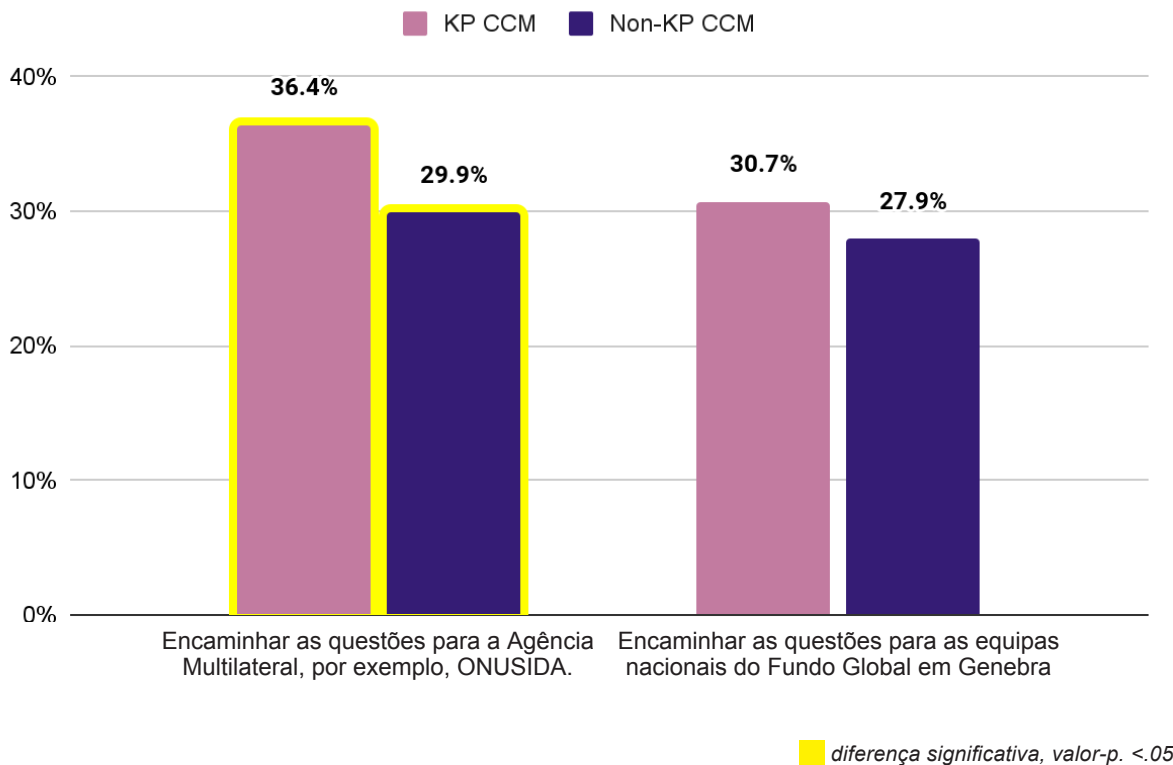
*"No nosso governo, no sector público, é preciso ser um lutador para lidar com eles. Caso contrário, eles continuam a marginalizar os nossos problemas. Mas, felizmente para nós, o que nos fez continuar foi saber que, apesar de tudo, o Fundo Global valoriza a sociedade civil. Por isso, quer se goste ou não, a sociedade civil tem de estar presente nesta candidatura."* (Actual representante comunitário dos MCP's para a TB)

Além disso, **as directrizes do Fundo Global sobre a inclusão da PC nos MCP's** foram descritas como sendo vitais para garantir que os MCP's tivessem lugares para representantes das PC's. Vários participantes consideraram que, sem este requisito, as PC's não teriam representação nos seus MCP.

*"Tenho a certeza de que, se não houvesse um regulamento do Fundo Global que exigisse a representação das PWUD [pessoas que consomem drogas] nos MCP's, não haveria nenhuma - e potencialmente também para os trabalhadores do sexo. E há muita resistência entre os membros dos MCP's que vêm de agências relacionadas com o governo. E é possível ver o seu preconceito e falta de compreensão, especialmente em relação ao consumo e tratamento de drogas."* (Actual representante não comunitário dos MCP's)

O Fundo Global tem expectativas claras em relação à inclusão da comunidade<sup>24</sup> e concebeu mecanismos de informação para os membros comunitários dos MCP's podem apresentar queixas ao Secretariado do Fundo Global em Genebra nos

**Figura 16. Membros dos MCP's que apresentaram questões, agregado por estatuto de PC**



casos em que estas expectativas sejam violadas.<sup>25</sup> No entanto, para que estes sistemas funcionem como previsto, deve haver **uma resposta atempada às violações** e a comunidade deve sentir-se à vontade para utilizar estes processos sem receio de retaliação.

Os dados do RISE mostraram que, embora a maioria (60%) dos membros comunitários dos MCP's conheça um sistema de apresentação de queixas, a minoria (29%) alguma vez levou uma questão a Genebra ou a um organismo multilateral como a ONUSIDA (32%). Proporções semelhantes de membros dos MCP's da PC e de membros dos MCP's que não são da PC tinham encaminhado uma questão dos MCP's para Genebra, mas uma proporção significativamente mais elevada de membros dos MCP's da PC tinha comunicado uma questão a um parceiro multilateral do que os membros dos MCP's que não são da PC (**Fig. 16**). Os dados podem indicar que **os parceiros multilaterais fora do Fundo Global podem ser um meio adicional** através do qual os PC podem encaminhar os problemas dos MCP's.

Os dados qualitativos mostravam que o **receio de retaliação** era um obstáculo importante à comunicação ao Secretariado do Fundo Global. Um participante relatou que o seu nome foi partilhado com a

equipa nacional do Fundo Global depois de ter feito uma queixa anónima e outro descreveu ter denunciado uma violação ao GIG e não recebeu qualquer resposta durante um ano. Para garantir que os sistemas de denúncia são adequados ao objectivo, será necessário divulgar os mecanismos existentes, dar formação aos que podem ser alvos de denúncia para que possam lidar eficazmente com as denúncias anónimas e fomentar a confiança, dissipando equívocos entre as comunidades. É importante notar que, embora o Fundo Global tenha um mecanismo independente para denunciar fraudes e corrupção, **não existe actualmente uma via protegida para o encaminhamento de conflitos programáticos ou de governação** que ofereça as mesmas salvaguardas contra a divulgação e a retaliação.

Por último, os dados do RISE sublinham a necessidade de uma monitoria reforçada, **proactiva dos ambientes da MCP**, de proteções adicionais para garantir a confidencialidade das denúncias e a disponibilidade de financiamento de emergência para responder a problemas de segurança emergentes. Garantir respostas imediatas a situações de discriminação ou intimidação dos membros dos MCP's seria uma forma importante de o Fundo Global honrar o seu compromisso de promover um espaço seguro e colaborativo para os MCP's.

## 5. Recomendações

O modelo MCP do Fundo Global é uma estratégia única e inovadora para garantir a apropriação pelo país e facilitar o envolvimento entre governos, parceiros técnicos e comunidades afetadas pelas três doenças.

Dotados de um papel decisório na mobilização de recursos, nas disposições relativas à prestação de serviços e na supervisão programática e fiduciária, os MCP's estão posicionados para atuar como um elemento essencial da programação e dos fluxos de financiamento da saúde pública e do desenvolvimento dos países. As conclusões do estudo RISE realçam a imensa oportunidade que os MCP's têm para um envolvimento significativo da comunidade, corrigindo os desequilíbrios de responsabilidade e aumentando estrategicamente a transparência e a colaboração entre as comunidades e os principais intervenientes na saúde pública.

O modelos MCP, enquanto estrutura de governo com múltiplos intervenientes, é um instrumento que permite ultrapassar as estruturas de poder e os contextos políticos nacionais e dos contextos políticos nacionais, com o objectivo de criar um espaço genuinamente colaborativo para o envolvimento e de tomada de decisões. Várias políticas e iniciativas importantes do Fundo Global servem para reforçar este objectivo, e as conclusões do estudo RISE reafirmaram os contributos desta orientação, apoio e supervisão. Continuar a apoiar o envolvimento significativo das comunidades nos MCP's, particularmente em contextos com dinâmicas políticas, programáticas e financeiras difíceis, exigirá uma abordagem sustentada e diferenciada. O estudo RISE identificou várias recomendações fundamentais para reforçar e adaptar este apoio, que foram desenvolvidas e validadas pelo comité director do RISE.

### Recomendações para reforçar o *envolvimento da comunidade*

1

**Reforçar as iniciativas lideradas pelo Secretariado para informar os representantes dos MCP's e outros parceiros do Fundo Global sobre as políticas e directrizes dos MCP's**

Para resolver a ambiguidade dos representantes comunitários dos MCP's relativamente às políticas e orientações do Secretariado, devem ser adotadas estratégias de sensibilização e educação **para garantir que todos os intervenientes nos MCP's e as comunidades externas tenham visibilidade** sobre as funções, direitos e responsabilidades dos MCP's. Estas estratégias devem incluir a divulgação regularmente as orientações relativas aos critérios de elegibilidade dos MCP's, à composição dos MCP's, aos conflitos de interesses, à disponibilidade

de apoio financeiro para os MCP's e ao código de ética dos representantes dos MCP's. Deve ser dada especial atenção às orientações em matéria de conflitos de interesses, a fim de reduzir a aplicação incorreta das orientações como estratégia de exclusão da sociedade civil, e às políticas relativas à participação nos MCP's. Estas iniciativas devem basear-se nas estratégias de sensibilização existentes, nomeadamente através de materiais de integração, do pessoal do Secretariado e das plataformas regionais de aprendizagem, e devem ser reforçadas para garantir a informação de todas as partes interessadas na parceria do Fundo Global.

Nos casos em que as orientações sejam consideradas demasiado vagas pelos MCP's, ou em que a linguagem da política permita práticas indesejáveis que comprometam os princípios do envolvimento da comunidade, o Secretariado do Fundo Global e o Conselho de Administração **devem rever a Política dos MCP's para garantir a sua adequação ao objectivo.**

Para além disso, o Secretariado deve garantir que todos **os representantes comunitários dos MCP's estejam plenamente informados sobre o seu papel nas questões relacionadas com os MCP's**, desde o desenvolvimento e aprovação do Pedido de Financiamento até à supervisão das subvenções, e sobre as "expectativas mínimas" do Fundo Global relativamente ao envolvimento da comunidade.

Os novos representantes dos MCP's devem receber formação que descreva as fases do ciclo de financiamento do Fundo Global, as funções dos comités dos MCP's e formação sobre a utilização dos dados do Fundo Global para efeitos de supervisão. Para monitorizar o envolvimento significativo dos representantes comunitários dos MCP's em todos os assuntos dos MCP's, o Secretariado deve considerar um PCI ou outra medida interna para acompanhar o envolvimento da comunidade ao longo do ciclo.

### Recomendações para *equipar a comunidade*

2

**Aumentar o apoio à participação da comunidade envolvimento da comunidade ao longo do ciclo de três anos**

As comunidades estão motivadas para se empenharem mais a fundo nas questões dos MCP's, mas é necessário apoio financeiro adicional para facilitar esse envolvimento. Este deve incluir **apoio financeiro** para preparar e participar em reuniões, efectuar consultas e participar em visitas de supervisão. O apoio financeiro deve ser orientado para garantir que os representantes da comunidade possam participar em debates técnicos sobre todas as actividades do ciclo de subvenções, incluindo orçamentos e planos de trabalho.



**Relatórios, documentos e dados devem ser partilhados** antes das reuniões e com antecedência suficiente para permitir a sua análise e revisão. Os documentos devem ser traduzidos para a(s) língua(s) do país e devem ser partilhados numa estrutura e num formato que sejam interpretáveis e claros. Os entrevistados expressaram o desejo de expandir e diversificar a supervisão através de visitas no terreno, bem como a criação de novos mecanismos de partilha de dados comunitários. O Secretariado do Fundo Global e os seus parceiros podem reforçar a supervisão **formal apoiando visitas de campo adicionais, incluindo**, a locais identificados pelos representantes comunitários dos MCP's. Além disso, os representantes comunitários dos MCP's e os seus círculos eleitorais devem ser apoiados na recolha e partilha de dados pertencentes à comunidade, tais como os da MLC.

O reforço de capacidades e a assistência técnica devem centrar-se **na formação prática orientada para as competências técnicas necessárias para participar** na orçamentação e na supervisão técnica, bem como na expansão do conhecimento do modelo, das políticas e dos regulamentos do Fundo Global. O Fundo Global e os seus parceiros devem apoiar consultores dedicados contratados para apoiar e representar as comunidades ao longo do ciclo da subvenção.

3

**Implementar um mecanismo de partilha de dados que garanta informações atempadas, acessíveis e traduzidas sobre o desempenho das subvenções e financiamento..**

Os dados do RISE indicam os principais **desafios enfrentados pelos representantes dos MCP's que procuram informações para efectuar a supervisão das subvenções**. Actualmente, os mecanismos de partilha de dados dependem dos BP's que partilham informações directamente com os MCP's, uma vez que os dados financeiros e de subvenção granulares não estão disponíveis online. Os representantes comunitários dos MCP's, as comunidades e os próprios BPs expressaram que os processos actuais dependiam da partilha de dados entre os governos, eram complicados para os BP e não permitiam uma partilha de informações adequada que permitisse identificar e resolver rápida e regularmente os problemas de execução.

Para resolver os problemas de visibilidade das actividades de subvenção, o Secretariado deve desenvolver **mecanismos de partilha de dados pormenorizados com** os MCP's e as comunidades que não dependem dos BP's. Esta estratégia aliviaria o encargo dos BP's, criaria oportunidades mais equitativas de controlo e contribuiria para o compromisso de transparência do Fundo Global. A partilha de dados deve, no mínimo, incluir explicitamente

a publicação de informações numa base de dados pública. Página Web acessível, a fim de atenuar os desequilíbrios de poder e garantir um acesso equitativo à informação. Além disso, o Secretariado do Fundo Global tem de aplicar prazos para a partilha e tradução de documentos, nomeadamente através do acordo sobre o Regulamento das Subvenções,<sup>26</sup> de modo a dar aos representantes dos MCP's tempo suficiente para poderem se preparar e consultar antes das reuniões do MCP.

4

**Criar fontes de financiamento que apoiem a orientação entre pares dos representantes comunitários dos MCP's**

Surgiu uma necessidade fundamental de desenvolver um mecanismo para que os membros mais jovens e os novos membros dos MCP's recebam formação e orientação contínua de membros seniores ou antigos membros dos MCP's. **Esta atividade deve incluir a identificação de potenciais mentores e a facilitação**. Além disso, o programa pode beneficiar de apoio externo para fornecer orientação e reforço de capacidades adicionais (por exemplo, "conheça os seus direitos" e educação sobre as políticas de MCP). Os dados RISE mostram claramente que a carga de trabalho dos representantes dos MCP's excede largamente o que é possível gerir por um único representante. Como tal, esta iniciativa apoiará os colaboradores ou as organizações a facilitarem a participação na MCP. Como tal, esta iniciativa apoiará os colaboradores ou as organizações a facilitarem a participação na MCP. Este trabalho envolverá a coordenação da participação da sociedade civil, a análise dos dados relativos às subvenções e a contribuição para as questões relativas aos MCP's.

5

**Implementar mecanismos de informação que garantam fluxos de financiamento suficientes e transparentes para a participação da comunidade em mecanismos do Fundo Global**

As conclusões do estudo RISE revelam desafios relacionados com o desembolso atempado e suficiente de fundos para os representantes dos MCP's e os seus círculos eleitorais realizarem trabalho de governo, análises e consultas. É fundamental garantir que os fluxos de financiamento disponíveis para o funcionamento dos MCP's sejam devidamente desembolsados e o Secretariado deve **explorar oportunidades para acompanhar e supervisionar melhor o desembolso de fundos para as operações dos MCP's**. Isto pode incluir o financiamento de duas vias, em que o apoio aos MCP's é desembolsado através de relações

públicas não-governamentais, ou o Secretariado poderá procurar vias de financiamento mais diretas, por exemplo, através de intermediários existentes ou ad hoc.

Para além de melhorar a supervisão e o acompanhamento do desembolso dos fundos, é fundamental prestar um apoio financeiro adequado às comunidades e à sociedade civil que participa no diálogo com os seus representantes nos MCP's. É necessário atribuir **assistência financeira para apoiar a participação nas consultas de um conjunto de membros da comunidade**, com especial ênfase no apoio aos participantes que vivem fora da capital e dos centros urbanos. Devem ser afectados fundos para permitir que os representantes dos MCP's se preparem adequadamente para as reuniões e manter consultas regulares com os membros da comunidade para além do desenvolvimento do pedido de financiamento. Para apoiar estas consultas, o Fundo Global e os seus parceiros podem apoiar indivíduos ou organizações da sociedade civil fora dos MCP's para que assumam formalmente um papel de facilitação do envolvimento da comunidade. Este apoio específico pode desempenhar um papel vital para colmatar as lacunas de comunicação, promover a colaboração e assegurar a inclusão dos processos de MCP.

## Recomendações para o empoderar a comunidade

6

**Implementar um fórum de aprendizagem transnacional para representantes comunitários dos MCP's**

Uma lacuna emergente do estudo RISE foi a falta de oportunidades regionais e globais para os representantes comunitários dos MCP's partilharem experiências e estratégias para um envolvimento significativo dos MCP's. O Fundo Global e os seus parceiros devem **aumentar o apoio a redes novas e existentes de representantes dos**

**MCP's e de defensores** do Fundo Global para reforçar as capacidades e desenvolver o poder coletivo. Esta actividade criaria uma nova comunidade de aprendizagem para que os representantes dos MCP's se informassem sobre as políticas e os direitos dos MCP's, partilhassem as lições aprendidas e as melhores práticas, resolvessem problemas e, conforme necessário, interagissem com o Secretariado. Esta actividade deve envolver workshops nacionais e uma plataforma virtual para um envolvimento regular.

7

**Reforçar os mecanismos de responsabilização para a comunicação de faltas e abusos; reforçar a denúncia de irregularidades e alargar as acções de sensibilização**

Embora muitos dos inquiridos no âmbito do RISE tenham descrito estar cientes das medidas para denunciar desafios, os representantes da comunidade não se sentiam suficientemente seguros ou protegidos para utilizar esses mecanismos; Em contrapartida, outros não tinham conhecimento de quaisquer mecanismos de recurso do Fundo Global. Deve ser dada especial atenção a estratégias de **denúncia anónima que protejam as comunidades de retaliações** por parte dos representantes comunitários dos MCP's, o Secretariado e outras partes interessadas no país. Nos casos em que as comunidades e as populações-chave são vítimas de criminalização ou de climas políticos hostis, o Secretariado e os seus parceiros devem proceder a um acompanhamento mais proactivo do clima dos MCP's, protecções adicionais para garantir a confidencialidade das comunicações e disponibilizar fontes de **financiamento para responder a problemas de segurança emergentes**. Paralelamente ao mecanismo de comunicação do GIG, o Secretariado deve apoiar um mecanismo independente para comunicar os desafios em matéria de governo e de programa nos MCP's que não se enquadrem nas práticas proibidas do Fundo Global.

## Agradecimentos

O grupo RISE estende a sua profunda gratidão a todos os participantes no estudo que contribuíram com as suas perspectivas, vozes e histórias, e a todos os que graciousamente contribuíram com o seu tempo e conhecimentos para este projecto.

O RISE também agradece ao Secretariado do Fundo Global pelo seu envolvimento contínuo, colaboração e compromisso partilhado de reforçar os MCP's e promover o envolvimento da comunidade. Finalmente, o grupo RISE expressa o seu sincero apreço à L'Initiative pelo seu generoso apoio a este trabalho, sem o qual a participação do comité de direção do RISE não teria sido possível.

**Autores principais:** Alana Sharp, Jennifer Sherwood

**Co-autores:** Léo Deniau, Mohammed Elkhammas, Fogué Foguito, Anu Karunanithy, Kuraish Mubiru, César Mufanequiço, Thitiyanun Nakpor, Peter Njane, Daniel Simões, K. Victor Ghislain Some, Sibongile Tshabalala, Serge Douomong Yotta

**Análise e edição:** Lauren Brunet, Elise Lankiewicz, Siena Senn, Chael Needle

**Layout e Design:** Yolande Hunter, Kim Katz

Design generosamente fornecido por



IMPLEMENTED BY



FUNDED AND UNDER THE SUPERVISION OF

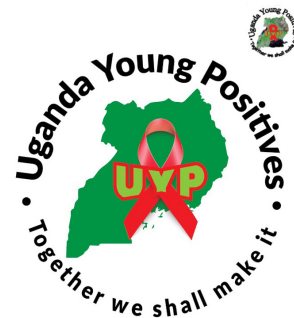
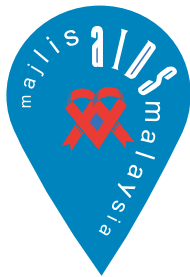
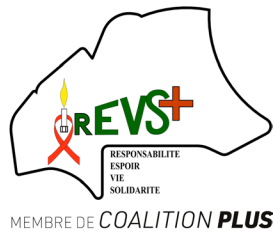


AS PART OF THE FRENCH CONTRIBUTION TO



**amfAR**  
MAKING AIDS HISTORY

Organizações membros do Comité Director do RISE



## Notas finais

<sup>1</sup>The Global Fund. Local Fund Agent Manual. Section A—Introduction to the Global Fund. 2014. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/3233/lfa\\_manual03sectiona\\_manual\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/3233/lfa_manual03sectiona_manual_en.pdf)

<sup>2</sup>The Global Fund. About the Global Fund. Available online at: <https://www.theglobalfund.org/en/about-the-global-fund/>

<sup>3</sup>The Global Fund. Global Fund Eligibility Policy. 2022. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/7443/core\\_eligibility\\_policy\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/7443/core_eligibility_policy_en.pdf)

<sup>4</sup>The Global Fund. Description of the 2023-2025 Allocation Methodology. 18 Jan 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/12675/fundingmodel\\_2023-2025-allocations\\_methodology\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/12675/fundingmodel_2023-2025-allocations_methodology_en.pdf)

<sup>5</sup>The Global Fund. Fighting Pandemics and Building a Healthier and More Equitable World: Global Fund Strategy 2023-2028. Available online at: <https://www.theglobalfund.org/en/strategy/>

<sup>6</sup>The Global Fund. Country Coordinating Mechanism Policy Including Principles and Requirements. 10 May 2018. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/7421/ccm\\_countrycoordinatingmechanism\\_policy\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/7421/ccm_countrycoordinatingmechanism_policy_en.pdf)

<sup>7</sup>Sands P. Putting Country Ownership into Practice: The Global Fund and Country Coordinating Mechanisms. Health Syst Reform. 2019;5(2):100-103.

<sup>8</sup>As defined in the Key Populations Action Plan, key populations may include women and girls, men who have sex with men, people who inject drugs, transgender people, sex workers, prisoners, refugees and migrants, people living with HIV, adolescents and young people, orphans and vulnerable children, and populations of humanitarian concern, in each case based on epidemiological as well as human rights and gender considerations. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/1270/publication\\_keypopulations\\_actionplan\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/1270/publication_keypopulations_actionplan_en.pdf)

<sup>9</sup>The Global Fund. Fighting Pandemics and Building a Healthier and More Equitable World: Global Fund Strategy 2023-2028. Available online at: <https://www.theglobalfund.org/en/strategy/>

<sup>10</sup>The Global Fund. GF/B48/9A. Thematic Discussion: Communities at the Centre. 15-17 November 2022. Available online at: [https://archive.theglobalfund.org/media/12480/archive\\_bm48-09a-thematic-discussion-communities-centre\\_report\\_en.pdf](https://archive.theglobalfund.org/media/12480/archive_bm48-09a-thematic-discussion-communities-centre_report_en.pdf)

<sup>11</sup>The Global Fund. GF-OIG-16-004: The Global Fund Country Coordinating Mechanism (Audit Report). 25 February 2016. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/2645/oig\\_gf-oig-16-004\\_report\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/2645/oig_gf-oig-16-004_report_en.pdf)

<sup>12</sup>The Global Fund. Country Coordinating Mechanism Evolution: Enhancing Partnership and Sustainability of Health Governance. August 2020. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/10028/ccm\\_evolutionenhancingpartnershipsustainabilityofhealthgovernance\\_guide\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/10028/ccm_evolutionenhancingpartnershipsustainabilityofhealthgovernance_guide_en.pdf)

<sup>13</sup>The Global Fund. Integrated Performance Framework for Country Coordination Mechanisms (CCMs). 29 Sep 2022. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/12364/ccm\\_integrated-performance\\_framework\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/12364/ccm_integrated-performance_framework_en.pdf)

[www.theglobalfund.org/media/12364/ccm\\_integrated-performance\\_framework\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/12364/ccm_integrated-performance_framework_en.pdf)

<sup>14</sup>The Global Fund. GF-OIG-23-012: Global Fund Country Coordinating Mechanism (Audit Report). 2 June 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/13110/oig\\_gf-oig-23-012\\_report\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/13110/oig_gf-oig-23-012_report_en.pdf)

<sup>15</sup>Cáceres, A. L. (n.d.). Position Note: Inclusion of Women's and Girls' Needs in GC7 Funding Requests for HIV, Tuberculosis, and Malaria. Women 4 Global Fund

<sup>16</sup>The Global Fund. Technical Brief: Gender Equality. Allocation Period 2023-2025. 25 January 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/5728/core\\_gender\\_infonote\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/5728/core_gender_infonote_en.pdf)

<sup>17</sup>The Global Fund. Technical Review Panel Observations Report: Grant Cycle7. Windows 1 and 2. October 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/13448/trp\\_2023-observations\\_report\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/13448/trp_2023-observations_report_en.pdf)

<sup>18</sup>Women4GlobalFund. W4GF Statement to the Global Fund 50<sup>th</sup> Board Meeting 14<sup>th</sup>-16<sup>th</sup> November, 2023. November 2023.

<sup>19</sup>The Global Fund. Country Coordinating Mechanism Funding Policy. September 2016. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/6376/core\\_countrycoordinatingmechanismfunding\\_policy\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/6376/core_countrycoordinatingmechanismfunding_policy_en.pdf)

<sup>20</sup>The Global Fund. Grant Regulations. 14 September 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/5682/core\\_grant\\_regulations\\_en.pdf?u=636487639000000000](https://www.theglobalfund.org/media/5682/core_grant_regulations_en.pdf?u=636487639000000000)

<sup>21</sup>The Global Fund. Global Fund Policy to Combat Fraud & Corruption. GF/B38/06–Revision 2. 14-15 November 2017. Available online at: [https://archive.theglobalfund.org/media/7063/archive\\_bm38-06-policy-combatfraudcorruption\\_report\\_en.pdf](https://archive.theglobalfund.org/media/7063/archive_bm38-06-policy-combatfraudcorruption_report_en.pdf)

<sup>22</sup>The Global Fund. Report Fraud & Abuse. Available online at: <https://www.theglobalfund.org/en/oig/report-fraud-and-abuse/>

<sup>23</sup>The Global Fund. GF-OIG-16-004. Global Fund Country Coordinating Mechanism (Audit Report). 25 February 2016. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/2645/oig\\_gf-oig-16-004\\_report\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/2645/oig_gf-oig-16-004_report_en.pdf)

<sup>24</sup>The Global Fund. Community Engagement: A Guide to Opportunities Throughout the Grant Life Cycle. December 2022. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/12649/core\\_community-engagement\\_guide\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/12649/core_community-engagement_guide_en.pdf)

<sup>25</sup>The Global Fund. Whistle-blowing Policy and Procedures for the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. April 2019. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/2942/core\\_whistleblowing\\_policy\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/2942/core_whistleblowing_policy_en.pdf)

<sup>26</sup>The Global Fund. Grant Regulations. 14 September 2023. Available online at: [https://www.theglobalfund.org/media/5682/core\\_grant\\_regulations\\_en.pdf](https://www.theglobalfund.org/media/5682/core_grant_regulations_en.pdf)







